



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

KELYOMAIRA DE JESUS SILVA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO: APLICABILIDADE E IMPLICAÇÕES NA
PRÁTICA DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

**PICOS-PI
2017**

KELYOMAIRA DE JESUS SILVA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO: APLICABILIDADE E IMPLICAÇÕES NA
PRÁTICA DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia sob a orientação da Professora Dra. Luísa Xavier de Oliveira.

**PICOS-PI
2017**

S586u Silva, Kelyomaira de Jesus

O uso do livro didático: aplicabilidade e implicações na prática de professores das séries iniciais do ensino fundamental / Kelyomaira de Jesus Silva– 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (55 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador(A): Prof^a. Dra. Luíza Xavier de Oliveira.

1. Livro Didático-Ensino Fundamental. 2.Práticas Pedagógicas. 3.Prática de Ensino-Ensino Fundamental. I. Título.

CDD 371.33

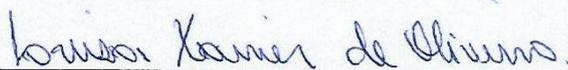
KELYOMAIRA DE JESUS SILVA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO: APLICABILIDADE E IMPLICAÇÕES NA
PRÁTICA DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

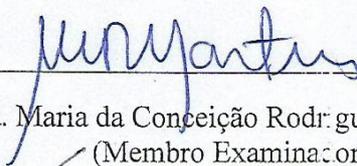
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia

Aprovado em 18 de janeiro de 2017.

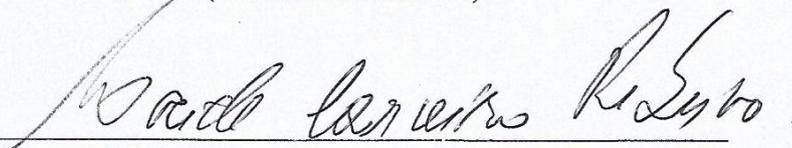
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Luísa Xavier de Oliveira - UFPI
(Orientadora)



Profa. Ma. Maria da Conceição Rodrigues Martins - UFPI
(Membro Examinador)



Prof. Esp. Laci de Carneiro Ribeiro - UEMA
(Membro Examinador)

Ao meu maravilhoso Deus e a minha querida avó.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu bom Deus, por se fazer presente em todos os instantes na minha vida, nele encontrei fortaleza para não desanimar nessa caminhada, sem sua presença em minha vida nada teria sido possível.

A minha família, peça chave que representa equilíbrio, exemplo e apoio, obrigado por todo o incentivo. Em especial a minha mãe Helena por todo o carinho e colaboração e ao meu irmão Hiarley por se fazer presente sempre e por toda ajuda, parceria.

A minha avó exemplo de amor incondicional, essa conquista é exclusivamente para ela, todo o seu incentivo, preocupação e carinho são marcas que levarei comigo para sempre, serei eternamente grata por tamanho amor e cuidado.

As minhas companheiras de equipe, em especial a Ednara e Valquíria, por fazer esses cinco anos se tornarem mais leves, a nossa amizade sem dúvidas vai além da Universidade, aprendi muito com vocês, e levarei doces lembranças dos nossos momentos juntas.

A Daniela e Larissa por todo incentivo e parceria, amigas de uma vida toda, que estiveram comigo em bons e maus momentos.

A Edilberto por toda amizade, companheirismo e amor que tens demonstrado.

Aos profissionais maravilhosos e competentes que mediaram brilhantemente à construção de tantos saberes, em especial minha orientadora professora Dra. Luísa Xavier pelo empenho e paciência.

E todos que contribuíram direto e indiretamente para a realização desse sonho, muito obrigada a todos os professores que me acolheram tão bem nas escolas e colaboraram significadamente para a realização dessa pesquisa.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender fazer o caminho caminhado, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar. (Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho trata da utilização do livro didático, sua aplicabilidade e implicações na prática pedagógica dos professores das séries iniciais do ensino fundamental em Picos-PI. Para a realização deste trabalho, se fez necessário, analisar o uso e implicações do livro didático na prática pedagógica de professores das séries iniciais do ensino fundamental, buscando ao longo do processo da pesquisa investigar o uso deste na prática pedagógica dos professores dos anos iniciais, analisar o uso do livro didático pelos professores no processo de ensino, compreender as implicações do seu uso na prática pedagógica e refletir sobre a importância da utilização do livro didático no processo de ensino aprendizagem. Esse estudo teve como base a contribuição de teóricos como Batista (2011), Choppin (2004), Guimarães (1996), Lajolo (1996), Libâneo (1994), Oliveira, Guimarães e Bomény (1984) e Romanatto (1987), dentre outros. Os procedimentos metodológicos basearam-se na abordagem qualitativa e é feito um estudo de caso. O processo de coleta de dados utilizou-se dos instrumentos de observação e entrevistas semi-estruturada aplicadas juntos aos professores das unidades escolares. Com base nos resultados gerados pela investigação foi possível perceber que nas escolas há um constante apego ao livro didático pelos professores. Essa realidade sugere a necessidade de uma formação junto aos docentes sobre o uso adequado e produtivo do livro didático favorecendo um repensar da prática pedagógica.

Palavras chaves: Livro Didático. Professores. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The present work deals with the use of the didactic book, its applicability and implications in the pedagogical practice of the teachers of the initial series of elementary education in Picos-PI. In order to carry out this work, it was necessary to analyze the use and implications of the didactic book in the pedagogical practice of teachers in the initial grades of elementary school, searching throughout the research process to investigate the use of this in the pedagogical practice of the teachers of the initial years, To analyze the use of the didactic book by the teachers in the teaching process, to understand the implications of its use in the pedagogical practice and to reflect on the importance of the use of the didactic book in the process of teaching learning. This study was based on the contributions of Batista (2011), Choppin (2004), Guimarães (1996), Lajolo (1996), Libâneo (1994), Oliveira, Guimarães and Bomény (1984) and Romanatto (1987), others. The methodological procedures were based on the qualitative approach and a case study is done. The data collection process was used of the instruments of observation and semi-structured interviews applied together to the teachers of the school units. Based on the results generated by the research it was possible to notice that in schools there is a constant attachment to the didactic book by the teachers. This reality suggests the need for training with the teachers about the adequate and productive use of the textbook favoring a rethinking of the pedagogical practice.

Keywords: Textbook. Teachers. Pedagogical Practices.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECT- Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MEC- Ministério da Educação

ONU- Organização das Nações Unidas

PNLA- Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLEM- Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A POLÍTICA PÚBLICA DE UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	15
2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E O LIVRO DIDÁTICO NAS SÉRIES INICIAIS.....	22
2.2 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): ORIENTAÇÕES GERAIS.....	26
3 A UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO À FORMAÇÃO	30
3.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E LIVRO DIDÁTICO.....	37
3.2 A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DO LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO.....	40
4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	45
4.1 PESQUISA E ENFOQUE.....	46
4.2 LOCAL E SUJEITO DA PESQUISA.....	47
4.3 PESQUISA E INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	47
4.4 ANALISANDO OS DADOS: PROCEDIMENTOS E CATEGORIAS.....	48
4.4.1 Formação para a escolha do livro didático	49
4.4.1.1 A escolha do livro didático.....	49
4.4.1.2 Participação em curso.....	51
4.4.2 O uso do livro didático	52
4.4.2.1 Recursos didáticos utilizados nas aulas.....	52
4.4.2.2 Utilização do livro didático nas aulas: aspectos adotados.....	55
4.4.2.3 Manual do professor no livro didático.....	57
4.4.3 Utilização do livro didático adotado pela escola: possibilidades e limites	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICE	68

1 INTRODUÇÃO

O livro didático é uma ferramenta indispensável no processo de ensino-aprendizagem, sendo uma ferramenta influente na prática de ensino das escolas. Desta forma, torna-se um instrumento necessário ao trabalho do professor com o objetivo de auxiliar o processo de aprendizagem do aluno, a partir dos seus conhecimentos prévios. Pensando sobre isso o presente trabalho apresenta uma discussão acerca do Livro Didático por ser um artefato de trabalho bastante utilizado pelo professor perfazendo a prática docente e o cotidiano das escolas.

Com efeito, o interesse pelo tema se apresentou durante os estágios curriculares ao perceber o uso em quase todos os momentos pelos professores no processo de ensino e aprendizagem por esse instrumento, o mesmo era seguido fielmente durante todas as aulas. Embora existam muitas pesquisas sobre o tema abordado, torna-se importante registrar que, após levantamento realizado na biblioteca do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB/UFPI), poucos foram os estudos empíricos sobre essa temática a nível junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia, pelo período compreendido entre os anos de 2012 até o momento de conclusão deste estudo em questão.

Foi possível durante o período de observações¹ iniciais nos estágios curriculares, verificar que muitas vezes o livro didático tem servido de manual para professores na falta de um planejamento escolar sólido. Muitas foram às vezes que observei o improvisado durante as aulas, na justificativa de prevalecer o “controle” da turma o professor utilizava diversas atividades contidas nos livros.

O livro didático sendo um dos materiais mais utilizado pelo professor, às vezes, o único, na sistematização do conhecimento, torna-se objeto de grande discussão, pois este é um apoio para o docente e para o aluno. Com base nessa constatação, várias são as críticas levantadas sobre as relações de ensino e aprendizagem direcionadas à utilização do livro didático nas escolas. Não podemos negar a importância e o papel que os livros didáticos têm em sala de aula, pois estes fazem parte da história das escolas, no entanto, as discussões em torno desse instrumento se voltam para a utilização deste pelos professores, bem como as possíveis intervenções ocorridas no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

¹ As observações se fazem obrigatórias nos quatro estágios curriculares do curso de pedagogia, variando uma carga horária entre 12 e 20 h. É de fundamental importância, pois é através dela que vamos ter o primeiro contato com a turma, constatamos como é a rotina das crianças, assim como a relação professor-aluno e a prática desse profissional em sala de aula. (PIAUÍ, 2003)

Desta forma, o trabalho fundamentou-se em produções teóricas de Batista (2011), Choppin (2004), Guimarães (1996), Lajolo (1996), Libâneo (1994), Oliveira; Guimarães e Bomény (1984), Romanatto (1987), dentre outros. As pesquisas já realizadas pelos teóricos acima citados sobre o uso do livro didático aferem que uma parte considerável de professores ainda adotam uma postura bem tradicional² ao trabalharem com esse instrumento. É do conhecimento de todos os profissionais da educação a tradição e importância que exerce o livro didático na prática pedagógica. O mesmo não deve ser visto como única fonte de pesquisa do professor, tendo em vista que se revela a condição do livro didático como potencializador do conhecimento.

Com efeito, se faz necessário uma constante reflexão sobre a utilização dos instrumentos na prática docente. Para tanto o problema da referida pesquisa consiste em: como ocorre a utilização do livro didático e suas implicações na prática pedagógica de professores dos anos iniciais (2º ao 4º ano) do Ensino Fundamental no Município de Picos-PI?

Para responder o questionamento acima, os objetivos pautaram-se em investigar o uso do livro didático na prática pedagógica dos professores dos anos iniciais, buscando ao longo do processo de pesquisa analisar o uso do livro didático pelos professores no processo de ensino, compreender as implicações do uso do livro didático na prática pedagógica e refletir sobre a importância da utilização do livro didático no processo de ensino aprendizagem. A pesquisa de cunho qualitativo foi elaborada com base em bibliografias extraídas a partir de materiais já publicados como artigos periódicos, livros e outros materiais científicos disponibilizados na *internet*, que tratou, especificamente, do assunto em questão, bem como em dois momentos no campo de estudo: observações nas referidas escolas, que abrangeu a prática desses professores pelo período de 08 (oito) dias e aplicação de entrevista semi-estruturadas junto aos professores regentes.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trás considerações sobre a política pública da utilização do livro didático nas escolas brasileiras, assim como as diretrizes curriculares nacionais e o livro didático nos anos iniciais do ensino fundamental trazendo uma discussão em torno do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

² O termo tradicional está ligado a uma corrente pedagógica “tendência liberal tradicional” que tem como ênfase a transmissão dos conhecimentos exclusivamente através da aula do professor, predominando a memorização do conteúdo. (LIBÂNEO 1989, p. 10-11.)

No segundo capítulo aborda-se a formação dos professores para a utilização do livro didático em sua prática pedagógica, enfatizando a construção e reconstrução permanente do professor diante de suas práticas, discutindo também a importância da qualidade do livro. No terceiro capítulo apresenta-se o percurso metodológico e a análise sobre a relação entre a postura do professor, quanto à utilização do livro didático em sala de aula, através da pesquisa de campo realizada em duas escolas públicas municipais de Picos.

Finaliza-se o trabalho, sintetizando os resultados, procurando enfocar a resposta à questão investigada e aos objetivos delineados para a presente investigação.

2 A POLÍTICA PÚBLICA DE UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

A proposta deste primeiro capítulo foi discutir através de uma revisão bibliográfica, na esteira de uma pesquisa de natureza qualitativa os principais pontos que caracterizam a política pública de utilização do livro didático no Brasil nos últimos vinte anos, no sentido de analisar três aspectos fundamentais: i) o entendimento da importância de estabelecer-se uma reflexão conceitual; ii) analisar o tratamento que as diretrizes curriculares nacionais dão ao livro didático; e iii) entender as vicissitudes da formação de professores para a utilização do livro didático. Este ponto volta-se para o primeiro aspecto, isto é, a tentativa de apresentar algumas das principais definições para o livro didático no Brasil, apresentando elementos novos acerca da temática em estudo.

Procurou-se refletir a respeito das questões elementares concernentes ao livro didático, tendo como ponto de partida as diretrizes curriculares nacionais e a análise dos debates acadêmicos acerca de formação de docentes, com vistas a compreender as possibilidades de exploração das potencialidades de ensino-aprendizagem, deste que é ao mesmo tempo um instrumento de promoção do saber escolar, um objeto de estudo científico, um instrumento político-pedagógico, um apoio didático, um produto cultural e mercadológico das sociedades letradas, dito de maneira mais ampla. Portanto, o conjunto das análises passa pelas dimensões pedagógica, econômica e política de apropriação do tema na estruturação desta pesquisa de ordem qualitativa.

Nesse processo de análise também se tem três determinantes básicos de natureza teórico-metodológica essenciais para abalizar o estudo: i) a necessidade de uma conceituação do objeto livro didático no mesmo recorte temporal de estruturação do trabalho; ii) o desafio de debater no atual estado da arte um tema de abrangência nacional; e iii) delimitar a discussão a respeito de livros didáticos utilizados na Educação Básica – sem a pretensão de extinguir as discussões, isto é, a educação “formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2013, p. 17)”, de acordo com o artigo 21, inciso primeiro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Um dos principais desafios de refletir acerca do conceito de livro didático é a questão da multiplicidade de formulações possíveis de consecução, considerando também que uma noção nasce fundamentalmente a partir de reflexões acerca de realidades específicas e concretas.

O livro é potencialmente didático, mas o mesmo está longe de ser apenas um material escolar. O livro didático é de suma importância para crianças e jovens, porque auxilia na passagem do indivíduo da cultura oral para a cultura escrita, sobretudo, numa cultura povoada pela presença cotidiana do elemento audiovisual, como é a cultura do tempo presente.

Assim, dicionários, literatura de ficção, literatura histórica, cartilhas, apostilas, atlas, documentos históricos, almanaques, jogos impressos, antologias poéticas, jornais, enciclopédias, revistas e hipertextos podem eventualmente vir a ser utilizados como livros didáticos, mesmo que a funcionalidade primária desses materiais não seja a priori a utilização para fins didáticos e pedagógicos. Nessa direção, os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) sugerem a utilização de materiais variados como os citados acima, por exemplo, enquanto bebedouros de informações nos quais os estudantes podem encontrar conhecimento válido, capaz de fazê-los perceberem-se enquanto indivíduos dinâmicos e partícipes em suas respectivas realidades cotidianas.

Um professor pode utilizar um livro didático deteriorado e, portanto, desatualizado, com o simples interesse de extrair imagens para uma aula expositiva ou para ser digitalizado com o objetivo de utilizá-lo em uma apresentação de slides em aleatório. Um estudante criativo pode ainda recortar imagens, não para cumprir uma tarefa de casa passada pelo docente, mas para divertir-se com os colegas na criação de personagens, montando jogos e brincadeiras, situações que não necessariamente seriam eventos permeados pela didática. Nos exemplos citados o livro didático está sendo empregado para fins não didáticos.

Nesse sentido, o conceito de livro didático do nosso tempo está associado à materialidade de transposição da oralidade para a grafia e de emprego deste instrumento como recurso, principal ou acessório, do processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica. A instrumentalização da didática se evidencia de acordo com os usos que o docente faz de outros recursos impressos, inclusive, do próprio livro didático, sendo então a utilização deste último também uma questão de natureza institucional, pois segundo sublinha Araújo (2011, p. 63-64):

Ainda que se utilize de outros meios (jornais, revistas, hipertextos), a escola ainda assegura ao livro didático seu lugar de primazia enquanto meio fundamental na transmissão dos conteúdos. Essa é uma realidade que se aplica ao livro didático de língua e em língua materna, como também de língua estrangeira, no contexto educacional formal ou em cursos de língua estrangeira, na esfera pública ou privada.

Dessa forma, outro aspecto que permeia o conceito de livro didático na atualidade, dá-se pela recorrência de uma aplicabilidade no meio escolar, uma vez que, além disso, o “livro didático tem um compromisso pedagógico e uma função que deve ser didática”, sugere Araújo (2011, p. 64). A princípio, é uma espécie de vício da memória visual e da própria visão associar o livro didático ao seu aspecto material, quando impresso, seja nas salas de aula, nas salas dos professores ou em bibliotecas de escolas.

Essa situação é decorrente, em grande medida, do contato exaustivo de estudantes e professores no ambiente escolar com a noção de que o livro didático é um simples objeto do cotidiano de trabalho do professor, quando na verdade ele é um veículo de transmissão do conhecimento, pensando especificamente para ser utilizado com a finalidade de promoção do saber, um instrumento facilitador da prática docente e do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo aponta Batista (2011, p. 12) em sua dissertação de mestrado:

É interessante notar que um mesmo objeto de pesquisa, no caso o livro didático, é abordado em suas várias dimensões: primeiramente, a partir de sua ideologia e depois pelo seu conteúdo e como material de análise da própria sala de aula. Porém, uma questão essencial em todas essas discussões é justamente a definição do que venha a ser o livro didático, sem negar a existência de outros materiais escritos na escola.

Por isso, tratar da política, da conceituação e da história do livro didático no Brasil nas últimas duas décadas é também abordar objetos de trabalho que assim como muitos outros, bem como a legislação educacional brasileira, as políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), o mercado editorial, as inovações tecnológicas em educação, o trabalho docente e a gestão escolar, para remontar exemplos marcantes do ponto de vista histórico-político, foram sendo implementados, lapidados e influenciados pela política social, histórica, pedagógica e culturalmente, muitas vezes, nem tão de acordo com as problemáticas urgentes do processo de ensino-aprendizagem para a Educação Básica, num país de dimensões continentais.

Por ser um produto destinado especificamente ao ensino o livro didático possui particularidades de mercado em relação aos outros livros, como: tiragem, consumo, preço, designe gráfico, público consumidor, diagramação, dentro outros aspectos (HALLEWELL, 2005).

De certa forma, o livro didático é, inclusive, um instrumento representativo dos valores, ideais e anseios de uma determinada nação, em relação aos seus objetivos no campo escolar, científico, moral, social, cultural e político, sendo uma potencial fonte de

interpretação dos interesses educacionais de uma sociedade e de acontecimentos político-educacionais de um determinado período histórico.

É consenso entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros da educação, e, em particular, da história do livro didático, como Batista (2011), Choppin (2004) Araújo (2011), Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), que a busca por uma definição do objeto foi uma tarefa que exigiu grande esforço epistemológico, exercício intelectual que resultara numa expressiva multiplicidade conceitual.

Já faz mais de quarenta anos, segundo o francês Choppin (2004), entre as décadas de 1970 e 1980, quando as pesquisas de historiadores, antropólogos, sociólogos e pedagogos, a respeito do livro didático, começaram a assinalar um campo de pesquisa concreto. Mesmo com algumas controvérsias, o tema ganhou uma análise mais enfática a nível conceitual. Debruçados sobre suas respectivas realidades de investigação, era e ainda é praxe, o esforço em estruturar uma noção de livro didático.

A complexidade de definição do objeto, o extenso rol de funcionalidades do livro didático, o grande número de profissionais envolvidos em sua produção e a coexistência de outros sustentáculos educativos são prováveis motivações para a incidência das pesquisas nas últimas três ou quatro décadas (op. cit., 2004).

Numa rápida revisão bibliográfica do tema, artigos presentes em revistas e periódicos especializados, bancos de teses e dissertações de universidades brasileiras é possível constatar essa tendência. Esse comportamento intelectual – a busca dos pesquisadores por um conceito de livro didático – estende-se tanto para livros de referência que foram publicados na metade da década de 1980, como *A política do livro didático*, de autoria de Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), artigos de Choppin (2004), quanto para uma recente dissertação de mestrado como a de Batista (2011).

Como sinalizam os debates acadêmicos, ainda não se encontrou uma conceituação majoritária dentro do campo científico. Pode-se notar que o conceito de livro didático foi diretamente influenciado pelas pesquisas individuais de diversos pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Mesmo assim, na atualidade, devido a essa mesma diversidade conceitual alguns autores tendem a se omitir quando se trata de produzir uma conceituação acerca do objeto livro didático, embora a maioria quase sempre busque debater a noção de livro didático na introdução de suas reflexões.

No início dos anos 1980 prevalecia uma concepção estruturalista e pragmática do livro didático. Preocupada com a necessidade de analisar está problemática em sua dissertação de mestrado, Höfling (1981) já possuía um entendimento crítico a respeito do livro didático,

uma vez que essa noção estruturalista trazia em seu objetivo fundamental uma contradição, a universalidade na consecução dos processos cognitivos e de ensino-aprendizagem, já que o livro didático era aplicável a alunos das mais distintas culturas, regiões, escolas e realidades sociais do país.

Para a autora esta “era uma de suas debilidades ao perder o impacto de suas mensagens”, já que a contraposição e a diversidade de povos e cenários do Brasil mostravam uma significativa ineficácia do livro didático, quando submetido “a uma realidade objetiva diferente, vivida pelos alunos que os lêem – dependendo do meio em que vivem” (HÖFLING, 1981, p. 239-240).

Na opinião de Oliveira, Guimarães e Bomény (1984, p. 12) essa noção estrutural de livro didático era operacionalizada em estreita aplicabilidade com:

[...] as teorias da aprendizagem e da instrução, as tecnologias desenvolvidas para fazer face às necessidades de treinamento técnico, industrial e militar e, em alguns países, os desafios colocados pela necessidade de modernizar o ensino ou simplesmente fazer face à competição dos concorrentes.

Nesse entendimento, assim como fora em outros momentos históricos do passado, como instrumento ideológico a serviço do autoritarismo e da repressão, nos dias de hoje, nas sociedades de ciência e tecnologia avançadas, o livro didático é um aparelho formativo do modelo de homem, estudante, professor, trabalhador e cidadão que uma coletividade deseja para o futuro.

Durante os poucos mais de vinte anos de a ditadura civil-militar no Brasil, entre 1964 e 1985, por exemplo, os livros de geografia, história e estudos sociais foram instrumentos difusores do nacionalismo militarista, do conformismo e das estratégias de apreensão utilizadas pelo regime para o controle social da população, solidificando também ideologias interessantes à elite brasileira. Esses desdobramentos históricos de ontem e de hoje são evidências de como o livro didático pode ser empregado enquanto artefato ideológico, mantenedor e promotor da ordem social.

Para Höfling (1981, p. 239-240): “O livro didático é mais um, entre muitos, dos mecanismos usados para reforçar a manutenção de ordem social”. Assim sendo, é necessário atentar que os livros didáticos podem servir tanto para intenções de ampliação do conhecimento, despertar do senso crítico do estudante, emancipação da alienação; quanto para a solidificação velada da ignorância, a continuidade das relações de exploração do homem pelo homem e para a precariedade da qualidade do ensino, quando esta interessa a determinado grupo político-social, muitas vezes lançando mais de subterfúgios escusos para subjugar política, ideológica e economicamente as classes trabalhadoras e exploradas. Por

isso, é preciso também pensar o livro didático de maneira não ingênua, enquanto uma atitude material, política e ideológica de perspectiva de mundo.

Essas situações do território da luta de classes nas quais o livro didático reflete as demandas, os conflitos e as disputas entre os grupos sociais, dependem também dos interesses de governos e governantes, conjunto de problemáticas da qual Paulo Freire foi um dos mais destacados pensadores, principalmente, em obras como *Educação e Mudança* (1979), *Pedagogia do oprimido* (1987) e *Política e Educação* (1993).

Em outra dissertação de mestrado, apresentada dois anos depois da dissertação de Höfling (1981), Lima (1983), adverte que o conceito funcional do livro didático está condicionado por quatro ações-objetivo: informar, sintetizar, operacionalizar e conscientizar. Informar ao aluno um conjunto de informações atualizadas, precisas e objetivas; sintetizar, distribuindo de maneira clara os conteúdos em seções, eixos temáticos, capítulos e/ou unidades; operacionalizar o conteúdo através de exercícios de fixação contextualizados com sua realidade social; e conscientizar, provocando o estudante a tomar parte nas questões de sua comunidade, aprofundar-se em termos de conhecimento e ser um agente histórico-social crítico do mundo que o cerca.

No ano de 1988, cinco anos depois, no ano de promulgação da nova Constituição Brasileira, o governo federal reuniu esforços no sentido de garantir a centralidade do livro didático, onde o Conselho Federal de Educação não se preocupou em fixar programas curriculares (conteúdos), restringindo-se a baixar linhas gerais para os núcleos de Estudos Sociais e Ciências e de Comunicação e Expressão.

As editoras então passaram a publicar livros em observância às determinações gerais da legislação educacional. Dessa forma, é possível dizer que o livro didático foi então encarado como um componente sinalizador dos programas governamentais, oferecendo aos docentes um material mais objetivo de consecução da prática escolar (MOREIRA, 2006).

Durante praticamente toda a década de 1990 o livro didático foi quando não o único, mas o principal recurso pedagógico direcionado à promoção do ensino no Brasil, ainda um ranço do ensino tradicionalista adotado na maior parte do país no século XX, tanto que na avaliação de Costa (1997, p. 57), o livro didático representava a principal fonte de apoio de trabalho dos professores, utilizado na maioria das aulas; dele também foram extraídos os conteúdos escolares e atividades propostas, desde a aula propriamente dita até avaliação.

Este conceito de livro didático agregava um valor de mercado mais elevado ao produto livro didático, pois não havia até os anos 1990 a competição com outras interfaces passíveis de serem utilizadas como instrumentos de apreensão do conhecimento, embora

ainda houvesse um grande acirramento entre as editoras. Provavelmente, isso fazia com que a aquisição do livro didático fosse um privilégio dos estudantes das famílias mais ricas do país ou das famílias pobres que faziam grande esforço para fazer com que o filho tivesse o auxílio deste recurso pedagógico no dia-a-dia da escola.

Além disso, através da política nacional do livro didático, o governo federal, produzia consciente ou inconscientemente um conceito de livro didático, isto é, um instrumento de controle estatal, em todos os níveis e dentro dos quadros estruturais de ensino escolar no Brasil (BITTENCOURT, 1993).

Com o advento da *internet* e das mídias digitais, o livro didático é neste princípio de século XXI, um elemento complementar do processo de ensino-aprendizagem. Ele se funde com outros recursos numa teia pedagógica interdisciplinar, dinâmica e versátil. Entretanto, nem por isso, assim como era nas últimas duas décadas da realidade editorial do país em relação aos livros didáticos, que agora possuem um custo relativamente mais acessível, pois estamos passando por uma grande crise econômica, extensão de uma crise política que parece estar longe de acabar, é possível que a dificuldade de aquisição de livros didáticos esteja presente nos lares brasileiros mais pobres, mesmo sabendo que livros didáticos são fornecidos pelo governo federal, porém, para utilização em escolas públicas.

Em outras palavras, o aparecimento da *internet* não implica em democratização do conhecimento, já que “a *internet* até agora só acirrou as desigualdades, distanciando os poucos que manejam esse novo tipo de meio de comunicação e da grande maioria que a ele não tem acesso”, como afirma Moreira (2006, p. 12).

Com o aumento das pesquisas a respeito do livro didático no Brasil, chega-se aos anos 2000 com uma concepção mais ampla e consciente do livro didático. O conceito de Rodrigues (2004, p. 23) ilustra bem o conjunto das mudanças e aperfeiçoamentos conceituais em relação ao objeto de estudo ao afirmar que:

Entendo por livro didático aquele produzido para veicular conteúdos das disciplinas escolares e portador de um sistema de valores e de cultura [...] o livro didático não é neutro do ponto de vista teórico, metodológico e ideológico uma vez que ele traz em si um feixe de condicionamentos: políticas educacionais, currículos, programas, concepções de mundo do autor, influências da renovação historiográfica, interesses e apelos de mercado, interferências na produção editorial modificando o texto original do autor.

Em última análise, em conformidade com Rodrigues (2004), o livro didático é a materialização de um conjunto de ideias, preceitos e interesses de várias searas da Educação Básica, assim como, de propostas político-educacionais, projeções estruturais de práticas

didático-pedagógicas, além de ser um produto cultural e uma mercadoria capaz de sugerir a direção para a formação de muitos estudantes. No entanto, o educador precisa ter o discernimento para analisar os aspectos comerciais e editoriais, passando a enfatizar que um conceito de livro didático deve ter foco nos objetivos do ensino, na busca por uma educação inclusiva, democrática e participativa. Deve haver ainda uma adequação entre objetivos e conteúdos, com estratégias de ampliação da busca pelo saber, com ênfase numa busca motivacional que estimule a continuidade aos estudos até o ingresso à universidade.

Pensando assim, o livro didático é uma ferramenta indispensável no processo de ensino-aprendizagem, sendo uma ferramenta influente na prática de ensino das escolas. Desta forma é imprescindível o trabalho do professor em auxiliar a construção do conhecimento do aluno a partir dos seus conhecimentos prévios, sendo o livro didático um recurso que facilite esta aprendizagem.

É importante sempre refletir sobre a utilização desse instrumento e sua implicação na aprendizagem dos alunos das séries iniciais, uma vez que existem profissionais que utilizam essa ferramenta como único instrumento didático, assim como há outros que utilizam como apoio em suas práticas, como instrumento de mediação na ação docente.

2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E O LIVRO DIDÁTICO NAS SÉRIES INICIAIS

Não são poucos os trabalhos que abordam o tema do livro didático, seja no contexto dos debates acadêmicos, tomando como ponto de partida as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) de cada disciplina, seja os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) ou mesmo o que diz a legislação brasileira a respeito de temas gerais relativos à educação.

Uma parcela considerável dos pesquisadores se volta para as séries finais da Educação Básica, isto é, entre o 5º e o 9º ano do Ensino Fundamental e os três anos do Ensino Médio. E, portanto, seus estudos tendem a se concentrar numa área específica. Há trabalhos interessantes sobre livros didáticos de matemática, ciências, português, línguas estrangeiras, história e de biologia. Por outro lado, aquelas seriações iniciais do ensino fundamental possuem um campo de pesquisa de raros trabalhos nessa direção. Com efeito, este tópico pretende refletir sobre o que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais a respeito do livro didático das séries iniciais, analisando as possíveis garantias legais, determinações e orientações gerais para a utilização do livro didático em sala de aula.

Nos últimos anos, um dos principais respaldos legais foi proveniente da emenda constitucional nº 59/2009 e o parecer nº 7/2010 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, uma garantia reafirmada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, tratando a respeito de investimentos específicos através de “programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (BRASIL, 2013, p. 10). Assim, então, embora a noção de material didático-escolar seja bastante ampla, ela também incluiu como um de seus elementos o livro didático; e qualquer política de investimento em compra de livro didático por parte do governo federal está assinalada por estes ordenamentos legais.

Além disso, outro parecer também presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, veio no sentido de trazer recursos para aquisição de livros didáticos. Porém, esse benefício está destinado ao Ensino Médio. De acordo com o inciso sétimo do parecer nº 5/2011, aprovado em 04 de maio de 2011: “VI a implantação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)”. (BRASIL, 2013, p. 149). Esse programa estipula a distribuição de livros didáticos para estudantes do ensino médio público de todo o País.

Observando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que trata da gestão democrática, ainda no tocante ao ensino médio, há uma vaga menção a escolha dos livros didáticos:

Ao empenhar-se em garantir aos estudantes uma educação de qualidade, todas as atividades da escola e a sua gestão devem estar articuladas para esse propósito. O processo de organização das turmas de estudantes, a distribuição de turmas por professor, as decisões sobre o currículo, a escolha dos livros didáticos, a ocupação do espaço, a definição dos horários e outras tarefas administrativas e/ou pedagógicas precisam priorizar o atendimento dos interesses e necessidades dos estudantes, e a gestão democrática é um dos fatores decisivos para assegurar a todos eles o direito ao conhecimento (BRASIL, 2013, p. 173).

Essa passagem chama atenção ao fato de que a escolha dos livros didáticos é apenas um dos muitos pontos necessários para uma educação de qualidade. Para, além disso, deve existir uma sintonia entre atividades da escola e da gestão escolar, no sentido de fazer com que o calendário escolar, e, principalmente, o projeto político-pedagógico seja obedecido e até reformulado quando necessário. A política de investimentos em livros didáticos para o ensino médio pode ser vista ainda nas páginas finais desse mesmo parecer. Aponta o documento:

É imprescindível que o MEC articule e compatibilize, com estas Diretrizes, as expectativas de aprendizagem, a formação de professores, os investimentos em materiais didáticos, e as avaliações de desempenho e exames nacionais, especialmente o ENEM. Com essa compatibilização, o

Ensino Médio, em âmbito nacional, ganhará coerência e consistência, visando à sua almejada qualidade social (BRASIL, 2013, p. 191).

Como órgão basilar, condutor, coordenador e articulador das políticas públicas para implementação, utilização e distribuição de livros didáticos pelo país, o Ministério da Educação ao mesmo tempo em que investe na política de livro didático, possui também o papel controlador, evidenciando a preocupação governamental com a qualidade de nossa educação.

Em muitos de seus posicionamentos textuais as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica evidenciam a importância do livro didático em várias modalidades e níveis da Educação Básica. Com a educação desenvolvida no campo não é diferente. Menciona o artigo sétimo da resolução nº 2/2008, aprovada em 28 de abril de 2008:

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais [sic] adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL, 2013, p. 296).

Em grande medida, percebe-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica reforçam a primazia do livro didático em sala de aula, quando se compara a utilização desse recurso com outros materiais didáticos, conclusão já sugerida por muitos autores como Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), Choppin (2004) e Araújo (2011), teóricos utilizados ao longo da produção de apontamentos pertinentes a esta pesquisa.

No máximo, o que a análise do processo histórico recente da política pública do livro didático no Brasil sinaliza é que devido à utilização de outros recursos como o *data show*, o *notebook*, os celulares, os computadores, as redes sociais, as plataformas digitais, os blogs com conteúdo educativo, sites diversos e demais elementos ligados às tecnologias digitais, com o passar do tempo, o livro didático pode se tornar um instrumento complementar do processo de apreensão do conhecimento escolar.

Em tempos em que alguns afirmam estar o livro impresso próximo do sepulcro, já que muitos “dizem que está próximo o dia em que não iremos mais a livrarias, e sim, buscaremos nossas leituras através de distribuidores eletrônicos”, e ainda apontam que “em contrapartida, os defensores do livro impresso afirmam que está longe de ocorrer uma crise no ramo, afirmando que a comercialização dos livros está em constante crescimento e expansão” (BENÍFICO E SILVA, 2005, p.05).

Seja como for, mesmo em situação complementar ao trabalho docente, o livro didático continua sendo um instrumento fundamental e recorrente nos processos educativos, de busca e promoção do saber escolar, não apenas nas séries iniciais, mas também nos outros níveis, modalidades e etapas da Educação Básica. Entretanto, no tocante à utilização do livro didático há tímidas menções, como na passagem a seguir, em geral são priorizadas na parte relativa à educação infantil, reflexões de outra natureza.

Essas Diretrizes orientam o trabalho pedagógico no estabelecimento de uma relação orgânica com a cultura, as tradições, os saberes e as identidades dessas populações, e indicam a adoção de estratégias que garantam o atendimento às especificidades dessas comunidades – tais como a flexibilização e adequação no calendário, nos agrupamentos etários e na organização de tempos, atividades e ambientes – em respeito às diferenças quanto à atividade econômica e à política de igualdade e sem prejuízo da qualidade do atendimento. Elas apontam para a previsão da oferta de materiais didáticos, brinquedos e outros equipamentos em conformidade com a realidade da comunidade e as diversidades dos povos do campo, evidenciando o papel dessas populações na produção do conhecimento sobre o mundo (BRASIL, 2013, p. 90).

Ao contrário da realidade do Ensino Médio que vez por outra a temática do livro didático é presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, no caso da Educação Infantil esse documento disserta sobre um breve histórico a respeito das questões de mérito do tema, acerca da identidade do atendimento na Educação Infantil; a função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil; uma definição de currículo; as visões da criança como um sujeito do processo de educação; os princípios básicos (princípios éticos, princípios políticos e princípios estéticos); os objetivos e condições para a organização curricular; a necessária e fundamental parceria com as famílias na Educação Infantil; a organização das experiências de aprendizagem na proposta curricular; o processo de avaliação e o acompanhamento da continuidade do processo de educação.

Destarte, o tema do livro didático não aparece de maneira objetiva, como é no Ensino Médio. Uma das explicações para a ausência de menções explícitas ao livro didático é que as “propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens” (BRASIL, 2013, p. 93), uma vez que a oralidade ainda é a principal forma de comunicação da criança nas séries iniciais, de modo que é preciso realizar paulatinamente a transição do universo oral para o universo letrado, “reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis” (BRASIL 2013, p. 93).

2.2 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): ORIENTAÇÕES GERAIS

Criado em 1997, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), tem por objetivo a distribuição do material didático e o controle de sua qualidade, como destaca Batista (2011, p.23):

O PNLD tem como objetivo avaliar a qualidade do livro didático que será adotado pela escola através de alguns critérios e princípios que irão nortear a escolha dessa obra que será adotada em sala de aula. Por esse motivo, o PNLD merece uma reflexão destacada para que tenhamos mais elementos para discutir a prática pedagógica frente ao uso do livro didático.

Tendo por objetivo também subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica, após a avaliação das obras, o MEC publica o Guia de livros didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. O PNLD é mantido e coordenado pelo Governo Federal. O referido programa possui a função de garantir e fornecer a distribuição de livros didáticos aos estudantes das escolas públicas do ensino fundamental e do ensino médio. O mesmo faz parte das políticas públicas para a educação e serve para mostrar o tratamento dado pelas autoridades ao material de suporte em sala de aula (BATISTA 2011).

O PNLD é organizado em ciclos trienais rotativos. Os livros são reutilizáveis, isto é, devem ser devolvidos ao final do ano para serem utilizados por outros alunos. Essa atitude demonstra o compromisso do poder público com princípios como solidariedade, eficiência, justiça social, equidade de direitos e respeito ao meio ambiente, que são fundamentais na promoção de uma educação democrática, inclusiva e participativa, como também, no desenvolvimento de uma sociedade economicamente sustentável, nas disposições da política de livros didáticos no país.

A principal fonte de informação sobre o Programa Nacional do Livro Didático é o MEC. Nesse *site* podemos encontrar orientações gerais sobre o PNLD, informações para recebimento e escolha do livro didático na escola e distribuição dos livros didáticos pelo país, que é realizada por meio de contrato com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), fazendo com que os livros cheguem diretamente da editora para as escolas, e dessa forma, pode-se inibir com mais

eficácia o desvio de recursos da educação. Segundo o próprio Ministério da Educação (BRASIL, 2017, p. 01):

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos por um período de três anos. O PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial. São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

Atualmente, o Programa Nacional do Livro Didático é um dos principais sustentáculos da política pública de utilização do livro didático nas escolas brasileiras, contemplando desde a educação regular, a educação especial até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por volta de 2008 houve um desdobramento do PNLD, que foi o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). A política educacional do PNLD está estruturada em três documentos: as orientações, o termo de acordo e a resolução nº 01/2009. Este último documento veio, sobretudo, para apoiar e desenvolver a modalidade de EJA no país. Diz em seu artigo primeiro, inciso primeiro e segundo a resolução nº 01/2009:

Art. 1º Regulamentar a execução do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), para prover as escolas de ensino público que possuam turmas de alfabetização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com o fornecimento de:

I – obras didáticas de qualidade, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática em volume único, a serem distribuídas aos alfabetizandos.

II – manuais do educador, a serem distribuídos aos coordenadores de turmas, alfabetizadores e tradutores-intérpretes de LIBRAS (BRASIL, 2009, p. 2).

De certa forma, essa resolução oferece suporte para o fornecimento de livros didáticos para a EJA, é uma continuidade da política nacional de erradicação do analfabetismo, que começou a se estruturar no Brasil de forma mais clara por volta da década de 1940. Para termos uma ideia, de acordo com os dados fornecidos por Manfredi (1981) o analfabetismo no Brasil da década de 1920, chegou a alcançar o nível dos 72%.

Para Aguiar (2001), a partir da década de 1940 o governo brasileiro organizou campanhas de alfabetização da população, mas que teriam sido motivadas por pressões

externas. Depois da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), logo depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a educação foi eleita como uma prioridade para promoção do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Já que o Brasil estava incluído nessa situação os governantes passaram a investir na Educação de Jovens e Adultos.

O PNLA representa hoje um significativo avanço na difusão do letramento no Brasil, inserção de milhares de brasileiros nos processos de leitura e escrita, assim como, num mercado de trabalho cada vez mais concorrido, principalmente, devido à grave crise econômica pela qual passa o país, com milhões de desempregados.

Torna-se necessário entender que além de definir as orientações gerais do Programa Nacional do Livro Didático, com a promoção de estratégias e ações político-administrativas no contexto mais amplo das políticas públicas voltadas para a educação nacional, em particular, para o ensino fundamental e médio, o PNLD organiza de forma presencial ou através de vídeo conferências, seminários regionais com o objetivo de debater, em parceria com as secretarias municipais e estaduais de educação, sugestões didático-pedagógicas capazes de orientar com objetividade e eficácia, as iniciativas desenvolvidas pelo Ministério da Educação e fomentar os processos que regem a escolha dos livros didáticos distribuídos pelo PNLD. As videoconferências são divididas em blocos. Todas essas informações estão disponíveis no *site* do MEC (BRASIL, 2017).

Além disso, há um grande quadro de informações acerca do processo de escolha do livro didático, expresso no Guia do PNLD, acervos complementares, dicionários de quatro tipos: 1º ano do ensino fundamental (tipo 1), 2º ao 5º ano do ensino fundamental (tipo 2), 6º ao 9º ano do ensino fundamental (tipo 3) e ensino médio (tipo 4). Existe uma legislação educacional que oferece suporte jurídico ao e para o PNLD com link de acesso às obras e guia de literatura na idade certa em três volumes.

É trabalho dos professores e da equipe pedagógica avaliar as resenhas disponíveis no Guia do PNLD, a serem utilizados a cada três anos. É importante salientar que os livros didáticos adotados devem estar em harmonia com as colocações presentes no projeto político-pedagógico da escola, assim como, ao estudante e ao professor e à realidade sociocultural das instituições. O quadro docente de cada escola deve selecionar os livros a serem empregados em sala de aula exclusivamente pela internet, no FNDE, (BRASIL, 2017). Como é possível notar, as ações do Programa Nacional do Livro Didático são coordenadas pelo Ministério da Educação, compondo um importante mecanismo da política educacional brasileira na atualidade.

Ressaltamos que é inegável perceber os avanços que o PNLD traz quanto o interesse pelo debate de questões referentes ao letramento, gêneros textuais e variedades linguísticas em todo o Brasil e suas modificações no processo de ensino e aprendizagem, no entanto, destaca-se a necessidade e a importância de avaliações das ações desenvolvidas no âmbito do PNLD, no sentido de ressaltar distâncias entre diretrizes do Programa e as ações são efetivamente desenvolvidas nas escolas. Quanto à escola tange o papel de ser crítica quanto à avaliação do MEC referente ao livro didático percebendo também suas limitações já que o mesmo é um importante instrumento de trabalho em sala de aula e que assim tenhamos possibilidades de reflexões maiores no que diz respeito à prática docente na utilização desse recurso.

3 UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO À FORMAÇÃO

Em meio aos diversos contextos e processos educacionais inerentes ao trabalho docente, à utilização do livro didático nas séries iniciais é uma ação educadora debatida no âmbito acadêmico, porém, aparentemente, sem a devida sistematização. Neste trabalho, essa inferência é baseada na revisão bibliográfica, tendo como parâmetro os construtos teóricos sobre o tema, bem como nas vivências compartilhadas com outros colegas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos-PI.

Assim, como sugeriu a revisão de literatura Choppin (2004) Miranda e Luca (2004), Moreira (2006), Oliveira; Guimarães e Bomény (1984), referente à temática nesta pesquisa, não há a devida ênfase no debate da relação didático-pedagógica entre livro didático e formação docente nas séries iniciais, no sentido de sugerir alternativas crítico-reflexivas para o manuseio teórico e prático do livro didático, em atenção aos objetivos do ensino, em suas respectivas realidades socioculturais. Em termos gerais, nas últimas duas décadas, apesar da evidente concentração de estudos sobre o livro didático para o ensino fundamental II, as pesquisas em educação não ignoram as questões ligadas aos livros didáticos do ensino fundamental I. Muito pelo contrário, esse assunto é tratado tanto em artigos científicos quanto em dissertações e teses.

Como mostram os trabalhos de Choppin (2004), Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), desde a década de 1980 são estudadas temáticas pertinentes à história dos livros didáticos, das edições, das tiragens, do consumo, da análise de conteúdos, da avaliação, da fiscalização, do mercado de publicações, da produção de políticas públicas e da funcionalidade do livro didático. Ou seja, houve uma grande atenção direcionada aos aspectos técnicos, governamentais e mercadológicos do livro didático.

É possível citar com algumas exceções, os estudos feitos por Batista (2011), Guimarães (1996), Höffling (2000), Lajolo (1996), Pessoa (2009) e Romanatto (1987), que refletem sobre as circunstâncias da utilização do livro didático no fazer da ação docente. Sem dúvidas, mais pesquisas com foco nessa interface poderiam contribuir de maneira significativa para sugerir alternativas para aumentar a qualidade dos livros didáticos fornecidos através das políticas públicas de acesso e distribuição de livros gratuitos, mas, principalmente, no fornecimento de subsídios didáticos e pedagógicos para utilização desse instrumento de promoção do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Nessa direção, este capítulo objetiva analisar as características, limites e possibilidades de utilização do livro didático em sala de aula, no interesse de contribuir com as reflexões que permeiam o trabalho docente com o livro didático, a prática pedagógica desse instrumento de ensino e a importância da qualidade do livro didático para se atingir os objetivos da educação de nível fundamental, destacando as principais variáveis desses desdobramentos.

Nas experiências vivenciadas nas etapas de estágio supervisionado, por exemplo, entendeu-se que de maneira geral os professores se preocupam em estabelecer empatia junto aos alunos, empreender dinamismo, prezar pelo diálogo e não pela punição na resolução de conflitos escolares enquanto estratégia educadora. Notou-se que os professores procuram ser compreensivos e sistemáticos no cumprimento do calendário escolar; empenhados na realização de tarefas de interesse de toda a escola (gincanas, eventos, feiras culturais e festividades); na entrega de avaliações; fazem atividades mais interativas que favorecem a troca de experiências, a comunicação com o outro e com o mundo do saber.

Torna-se difícil ver um professor que realmente faça a intermediação didática entre essas estratégias/ações e as propostas curriculares do livro didático, muito embora, diversos formatos de livros didáticos detenham soluções pré-concebidas para essa implementação. Por outro lado, ao seguirem essas sugestões prontas, os docentes incorrem num mecanicismo metodológico viciado, e, conseqüentemente, carente de alternativas focadas nos problemas de ensino dos estudantes. Em certa medida, é um comportamento didático-pedagógico que apesar de ser relativamente planejado, é demasiadamente intuitivo.

Assim, seria necessário optar por estratégias que priorizassem a comunicação do aluno com o próprio saber, sendo o professor o mediador entre o sujeito (aluno) e os conteúdos/valores expressos (livro didático), atitude capaz de fomentar a autonomia e a produção independente de conhecimento. Furtado e Gagno (2009, p. 07) sugerem que:

O livro didático, além de ser tratado como mais um entre outros recursos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem, é principalmente, um recurso cultural que insere o estudante em um determinado contexto histórico-político. A sua eficiência está relacionada diretamente a forma como o professor conduz este material de apoio no seu planejamento. Destaca-se que neste âmbito, a escola pode ser compreendida como um veículo onde a cultura pode ser disseminada no entorno escolar por meio do livro didático. Sendo assim, esse material pode ser um instrumento de condução de ideias com valores éticos, morais, sociais e culturais.

Há uma necessidade de se pensar o livro didático diante das especificidades de significação que se apresentam no ambiente da sala de aula e para Batista (2011) estas estão pautadas por três aspectos fundamentais: o impacto que o livro didático causa nos professores

e alunos; a metodologia utilizada para apresentação/apreensão de conteúdos e valores; e a compreensão, por parte de discentes e docentes da relação pré-existente entre livro didático e contexto sociocultural.

Já para Alarcão (2010, p. 63), as diversas estratégias de formação do docente, numa sociedade cada vez atravessada pela circulação exacerbada de informação, devem estar focadas na preparação de “professores mais competentes para analisarem as questões do seu cotidiano e para sobre elas agirem, não se adequando apenas pela resolução dos problemas mais imediatos”, numa conjuntura de trabalho organizacional já bem conhecido da grande maioria dos professores, “mas situando-os num horizonte mais abrangente que perspectiva a sua função e a da escola na sociedade em que vivemos”.

Uma vez que as vicissitudes que permeiam a inserção do livro didático no ambiente escolar possuem estreita ligação com um modelo de cidadão para a sociedade brasileira, assim como, para com os projetos educacionais coordenados pelas secretárias municipais e estaduais de educação, como também, pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2013), a reflexão docente deve também esmiuçar os interesses políticos imbricados na escolha do livro didático.

Obviamente, que não se espera que alunos entre seis e dez anos entendam perfeitamente como funciona o sistema político brasileiro, até porque não é esse o objetivo do ensino fundamental I. Quando se fala em interesses políticos do livro didático, refere-se a um conjunto diversificado de questões de profundo interesse social, para além do “pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (BRASIL, 2013, p. 22)”, pois conforme determina o artigo 32, incisos segundo, terceiro e quarto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 :

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
[...]II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2013, p.22).

A partir do momento em que o trabalho docente com o livro didático antecede a prática pedagógica no próprio espaço da sala de aula, se faz necessário entender qual seria a abordagem mais eficaz de utilização do livro didático, por exemplo, por meio da pedagogia de projetos, gincanas, dinâmicas interativas, aulas expositivas e dialogadas. Para tanto, é imprescindível conhecer a turma, seus interesses, e, se possível, adaptar o livro didático a um

currículo versátil e dinâmico. Porém, essa metodologia deve ser adotada depois de consultada a comunidade e a gestão escolar.

Trata-se de um debate de grande impacto, pois grande parte das estratégias, ações e metodologias empregadas no trabalho docente são pautadas pela estrutura didático-pedagógica do livro didático. Em outras palavras, por ser ainda o principal instrumento de difusão, promoção e letramento da Educação Básica, o livro didático se apresenta como um recurso de extrema relevância no quadro das políticas públicas para o setor educacional do país.

Assim, ao participar da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomthien, na Tailândia, em março de 1990, o Estado brasileiro ficou incumbido de construir o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Diz um trecho do referido plano:

Uma nova política do livro começa a ser formulada, a partir da definição de padrões básicos de aprendizagem que devem ser alcançados na educação fundamental. Além dos aspectos físicos do livro passarão a ser assegurada a qualidade do seu conteúdo (fundamentação psicopedagógica, atualidade da informação em face do avanço do conhecimento na área, adequação ao destinatário, elementos ideológicos implícitos e explícitos) e sua capacidade de ajustamento a diferentes estratégias de ensino adotadas pelos professores (BRASIL, 1993, p.25).

Essa política pública foi inovadora ao levar em consideração aspectos ideológicos, didáticos, pedagógicos e estratégicos, e não apenas a estrutura física do livro didático, o que mostra que a ênfase em aspectos técnicos no estudo era uma tendência entre as décadas de 1980 e 1990, apesar de haver exceções, como já foi colocado. Além disso, essa iniciativa do Estado brasileiro reforça, institucionalmente, a necessidade de o professor ser um pesquisador do livro didático, em razão de motivos ligados à diversidade cultural, étnica, social do Brasil, e a exigência de padrões mínimos de qualidade para sua aquisição. Por trabalhar num país de dimensões continentais, grande diversidade cultural e complexidade de conjunturas políticas e sociais, é exigido do professor, tanto didático como pedagogicamente seu trato com o livro didático.

Consoante a essa realidade, Batista (2011) entende que a empiria proporcionada pela relação dialética entre teoria e prática pode desencadear interessantes reflexões, no sentido de contribuir com a forma de orientar a condução das aulas e de promover ações adequadas às respectivas realidades educacionais e socioculturais do alunado.

Apesar dos grandes avanços tecnológicos e de uma grade curricular diversificada, o livro didático ainda possui relevância central no trabalho docente, pois, na maioria dos casos,

é através dele que o professor escolhe a metodologia de trabalho, planeja as aulas, pauta os conteúdos a serem ministrados e avalia os discentes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013) sugerem que o trabalho docente é uma atividade que exige do profissional da Educação Básica, dedicação, formação continuada, profissionalismo, capacidade para trabalhar em equipe, suscetibilidade à mudança, criatividade procurando evitar a improvisação – desenvoltura didática e uma série de outras habilidades de cunho pedagógico, afetivo, cognitivo, emocional e humano, imprescindíveis para a atuação no magistério.

Nesse sentido, Tardif (2002, p. 130) defende que uma “boa parte do trabalho docente é de cunho afetivo, emocional”. Baseia-se em emoções, em afetos, na capacidade não somente de pensar nos alunos, mas igualmente de perceber e sentir suas emoções, seus temores, suas alegrias, seus próprios bloqueios afetivos”. Dessa forma, o trabalho docente e sua formação contínua são marcados intensamente por aspectos subjetivos e objetivos, que precisam ser avaliados também, quando se estuda as habilidades empiricamente desenvolvidas para a utilização do livro didático em sala de aula, já que um dos aspectos essenciais da prática educativa é a interação entre professor e aluno.

Com efeito, o livro didático é um dos instrumentos que reside no centro dessa interação, assim como, na promoção do conhecimento e dos valores desejados pela comunidade escolar. Então, é necessário refletir como o excesso desse uso estaria criando eventuais bloqueios cognitivos nos estudantes.

Sobre essa problemática, diz Silva (1996, p. 08):

[...] o apego cego ou inocente a livros didáticos pode significar uma perda crescente de autonomia por parte dos professores. A intermediação desses livros, na forma de costume, dependência e/ou vício, caracteriza-se como um fator mais importante do que o próprio diálogo pedagógico, que é ou deveria ser a base da existência da escola.

É notável como a utilização do livro didático para fins exclusivos de difusão de conteúdos tende a causar no aluno a sensação de enfado e exaustão no curso das aulas. As evidências apontadas ainda no primeiro capítulo sugerem que o excesso de contato com o conteúdo, sem o desenvolvimento de dinâmicas que utilizem o livro didático de maneira interativa e interessante, pode vir a diminuir o estímulo ao desenvolvimento de processos atitudinais e situacionais.

Em virtude da relativa passividade da maioria dos alunos, numa sociedade que já é densamente povoada pelo elemento audiovisual (vídeos, músicas, redes sociais, vídeos, filmes e animações) os livros e não somente o livro didático torna-se pouco atrativos para

crianças e jovens. Por isso, é preciso a consciência que o livro didático não se resume aos exercícios de leitura, escrita e cálculo.

Grande parte dos livros didáticos destinados aos professores conta com suporte pedagógico e proposição de atividades multilaterais de diálogo com o conhecimento, contemplando diversos aspectos sensoriais, sensibilização para problemas sociais, ambientais e compreensão dos valores que fundamentam a vida em sociedade. Por si só, o próprio livro didático já possibilita isso, naquelas sugestões de atividades de praxe anexas ao final de cada capítulo.

Destarte, é válido o aprimoramento desses processos, no sentido de criar alternativas em que não necessariamente o livro didático seja o elemento central, mas a interação cognitiva entre professor e aluno, já numa perspectiva pedagógica de construção autônoma do conhecimento, onde os próprios estudantes sejam escutados sobre suas preferências de trabalho com o livro didático.

Essa disposição pedagógica é muito importante para as crianças nessa etapa da vida escolar, em que os professores devem atentar-se para o potencial de aprendizado de seus estudantes, com o intuito de estabelecer “formas de trabalho pedagógico e de diálogo com os alunos, compatíveis com suas idades, lembrando sempre que esse processo não é uniforme e nem contínuo”, sugerem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 110). Assim, o estudo didático-pedagógico dado ao livro didático, considerando as possibilidades e limitações de seu emprego em sala de aula, deve ser prática contínua do ofício do professor. Na concepção de Tardif (2002, p. 132):

Por exemplo, o professor tem que trabalhar com grupos, mas também tem de se dedicar aos indivíduos; deve dar sua matéria, mas de acordo com os alunos, que vão assimilá-la de maneira muito diferente; deve agradar aos alunos mas sem que isso se transforme em favoritismo; deve motivá-los, sem paparicá-los; deve avaliá-los, sem excluí-los, etc. Ensinar é, portanto, fazer escolhas constantemente em plena interação com os alunos. Ora, essas escolhas dependem da experiência dos professores, de seus conhecimentos, convicções e crenças, de seu compromisso com o que fazem de suas representações a respeito dos alunos e, evidentemente, dos próprios alunos.

De tal modo, o professor das séries iniciais deve criar situações em que o livro didático também auxilie no gerenciamento das relações sociais, cognitivas e afetivas, por exemplo, na promoção de uma cultura de paz na escola, no incremento de laços de solidariedade, respeito e tolerância, na aproximação da comunidade com a escola e no desenvolvimento de valores éticos, morais, afetivos e humanos úteis no processo de interação da criança com o mundo do conhecimento e o mundo da palavra escrita, numa perspectiva de

agir para além da simples apreensão de conteúdo por parte do estudante. Para Frison, (2009, p. 05):

Embora professores e estudantes salientem que o livro didático contribui para a aprendizagem dos conteúdos percebe-se que ele não se restringe apenas aos seus aspectos pedagógicos e as suas possíveis influências na aprendizagem e no desempenho dos estudantes. Ele é importante por seu aspecto político e cultural, na medida em que produz valores da sociedade em relação a sua visão de ciência, da história, da interpretação dos fatos e do próprio processo de transmissão do conhecimento.

Assim, também, o instrumental metodológico para a utilização do livro didático compõe-se, de certa forma, de uma perspicácia similar à sensibilidade do artesão, que ao lapidar uma pedra ou uma madeira cotidianamente até conseguir o resultado esperado, incentiva a si próprio a reinventar-se enquanto profissional da Educação Básica. Como em muitas outras questões ligadas ao campo educacional, a observação da experimentação de novas alternativas de ensino com o livro didático, serve justamente para avaliar os pontos negativos e positivos da prática pedagógica a curto, mas, principalmente, em longo prazo.

Desde a passagem do século XX para o século XXI o incremento da pesquisa em educação fez os pesquisadores dessa área se afastar de metodologias originárias do campo das ciências exatas, estando hoje imbuídos de um espírito de ciência pensado especialmente no campo da ciência educacional. Um dos contributos dessa renovação foi o entendimento de que o professor é um construtor de saberes profissionais e agentes transformadores da sociedade, tomando como estímulo norteador de sua ação docente a sua própria realidade social e de seus alunos (CHOPPIN, 2004).

O estudo sobre a importância do livro didático na formação de professores é um destes temas que merecem uma atenção mais enfática e os potenciais pesquisadores dessa temática seriam os próprios profissionais da Educação Básica, uma vez que estão inseridos no mercado de trabalho, sendo detentores de grande conhecimento de natureza empírica. Além disso, os professores da Educação Básica também possuem uma significativa experiência específica de cunho prático no trato com o livro didático, em seus respectivos centros de ensino.

A confluência da observação da dinâmica dos alunos em sala de aula, suas capacidades, vocações e habilidades mais notáveis a proposição de tarefas mais atraentes com a utilização do livro didático e o navegar pelo mundo do conhecimento de maneira dialogada, constituem-se três passos fundamentais para o refinamento teórico do professor, em relação aos múltiplos usos do livro didático no espaço escolar. Em última análise, é preciso que os

professores se tornem os próprios pesquisadores das problemáticas teóricas e práticas de sua ação docente. Como ressalta Pessoa (2009, p. 56):

Assumindo esses novos papéis, é bem provável que eles comecem a desconfiar dos livros didáticos e das teorias formais e, conseqüentemente, a romper com o processo de proletarização rumo à profissionalização docente. Em poucas palavras, sem qualificação docente não há profissionalização.

Ao fazer emprego do livro didático, seja a partir da operacionalização das reflexões permeadas por sua experiência diária, ou mesmo, considerando também a possibilidade de realizar transposições didáticas, os professores das séries iniciais podem dialogar com uma série de interfaces que normalmente costumam atrair a atenção dos estudantes dessa faixa etária, ou seja, mídias digitais, documentos históricos, filmes, peças teatrais, fotografia, folclore, música, costumes da tradição oral de um determinado povo, patrimônio material e imaterial de uma civilização, escrita e leitura, na forma de projetos de intervenção realizados pela escola.

Na atualidade, percebe-se que para atrair os estudantes é preciso utilizar o livro didático em conjunção com essas interfaces, aproveitando seu potencial pedagógico, lúdico e cognitivo, de acordo com a perspectiva pedagógica de cada professor. Essa disposição de trabalhar o livro didático em parceria com a pedagogia de projetos não é nova, já tendo sido proposta por Leite (1996). Junto com essa iniciativa vem o interesse de conquistar o aluno, fazendo-o acreditar que o livro didático pode ser uma fonte de conhecimento, onde ele pode, através das atividades, aprender fazendo e aprender se divertindo.

3.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E LIVRO DIDÁTICO

O trabalho docente nas séries iniciais exige uma observação constante e aprimoramento cotidiano da prática pedagógica. Com o livro didático não é diferente. Parece óbvio registrar isso, porém, o professor necessita compreender que sua formação para utilização do livro didático, incide sobre o ser humano (aluno) e não apenas sobre o objeto (livro didático), uma vez que segundo Tardif (2002) as dimensões do trabalho docente são regidas pelos aspectos interativo, social e afetivo, aplicados sob um campo de prática concreto: a sala de aula. A adoção de uma determinada prática pedagógica equivocada pode ter reflexões negativas, comprometendo o processo de ensino aprendizagem.

Na avaliação de Rojo (1998), três são os pontos a serem observados na fronteira de aplicabilidade entre práticas pedagógicas e livro didático: i) o livro didático enquanto

instrumento de suporte pedagógico, uma vez aliado aos interesses do professor; ii) o professor pode empregar o livro didático, socializando as atividades de pergunta e resposta ao logo da aula; e iii) com observação e estudo das práticas pedagógicas o livro didático pode ser um agente substituto do currículo da escola. Além disso, a gestão escolar possui papel determinante na consecução de práticas pedagógicas, em conformidade com os objetivos da educação de nível fundamental, como também, como todo o conjunto de problemáticas da realidade educacional mais imediata, isto é, a de natureza local.

A equipe de professores necessita de um processo de escolha do livro didático democrático e destituído de pressões escusas, que seja fundamentado em posicionamentos éticos e morais condizentes com uma educação de qualidade, com preparação para as vivências cidadãs e formação para o mundo do trabalho.

É na avaliação do conteúdo do livro e da adequação desses ao trabalho pedagógico que irá ser desenvolvida a prática reflexiva do professor com o livro didático. A partir da avaliação do livro, o professor pode iniciar uma relação de autonomia em relação a esse recurso didático. Nessa relação, o sujeito do processo pedagógico é o professor, que planeja e utiliza o livro na sua prática, de forma crítica e reflexiva. O livro funciona como objeto do conhecimento do professor, auxiliando na orientação, organização e sistematização da apresentação dos conteúdos escolares pelo professor ao aluno, “cabe ao professor aguçar seu espírito crítico diante do livro didático, pois é a ele que compete selecionar e fazer uso do livro” (ROMANATTO, 1987, p.05). A ausência dessa reflexão dificulta a retomada posterior pelo professor do seu processo autônomo com o livro didático e o coloca numa posição de conduzido ao invés de condutor do processo de ensino/aprendizagem.

Na relação com o livro, o professor deve se perceber como sujeito do conhecimento, aquele que direciona o processo de ensino e aprendizagem, “o caso é que não há livro que seja a prova do professor: o pior livro pode ficar bom na sala de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mau professor” (LAJOLO 1996, p.06). Compreendemos que a relação entre o professor e o livro deve ser compreendida a partir da ideia de que as ações do professor revelam suas formas de se apropriar dos saberes a serem ensinados trazidos pelo livro, articulando-os com outros saberes e atribuindo significado a eles. Compartilhando desse mesmo pensamento Romanatto destaca que:

O livro didático, como qualquer outro recurso, tem sua importância condicionada ao uso que o professor dele faça. Não só pelo seu emprego correto, mas sabendo explorá-lo em função dos objetivos a alcançar, sabendo enfatizar os seus pontos fortes e anular seus pontos fracos (1987, p.05).

Pode-se considerar que o uso do livro didático pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado, dependendo de como o professor conduz esse recurso no decorrer de suas aulas. Assim, a intermediação entre a prática pedagógica e o livro didático também deve ser pensada em razão da conjuntura educacional da escola, seja no formato de ciclos escolares, organização semestral do ano letivo, pedagogias de projetos, sequência temática, de acordo com a disponibilidade e conveniência de cada instituição escolar, entretanto, sempre em observância ao que diz o artigo 23, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96(BRASIL, 2013, p. 17):

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas direcionadas para o livro didático, devem considerar uma série de variáveis inerentes ao público de alunos, tais como: cultura, trabalho dos pais e/ou responsáveis, limitações e superlotação dos alunos, tipo de educação, os níveis e modalidades. Por isso a escolha do livro didático, amparada por estudos que levem em conta a conjunta sociocultural e política da comunidade, é de suma importância para eficácia de utilização do livro na escola, na intenção de propor a efetividade das garantias legais em relação à educação básica de qualidade.

Como em toda ação docente, o planejamento é uma atitude imprescindível para se evitar o improviso. Daí, então, a necessidade dos conhecimentos do livro didático ministrado estar registrados em planos de aula e diários de classe. Esses documentos escolares não visam apenas fiscalizar a conduta do professor e comprovar sua consequente utilização do livro didático, evitando o improviso. Afastar o improviso dos trabalhos escolares e da ação docente nos momentos em que o livro didático é aproveitado torna-se uma tentativa de garantir que os interesses e prioridades da instituição e da comunidade escolar, naquilo que é concernente aos conteúdos presentes neste artefato pedagógico sejam respeitados. Nessa direção, uma estratégia para evitar a exaustão comumente trazida com o demasiado uso do livro didático e utilizar outros materiais e dinâmicas que tornem o processo de aprendizado mais atraente.

Os esforços para valorizar a promoção dos saberes oferecido através da instrumentalização do livro didático, possibilitam, além disso, a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, como também, do processo avaliativo de cada disciplina, mesmo no sistema de polivalência. Até porque, há algumas disciplinas como matemática e língua

portuguesa em que o estudante pode ter prejuízos pedagógicos e cognitivos incalculáveis, caso a sequência temática do livro didático não seja cumprida no curso do ano letivo (ARAÚJO, 2013).

É plausível pontuar que o livro didático vem sendo paulatinamente substituído no cumprimento dos trabalhos escolares, ou pelos menos, vem sendo utilizado de forma simultânea em parceria com a *internet*. Muito provavelmente, os professores adotam a estratégia de conciliação entre livros didáticos e mídias digitais, pois a geração de estudantes do novo milênio é fortemente impactada pela interação, mas, principalmente, pela distração, entretenimento e lazer – nem sempre saudáveis – materializados através da tela do computador, *notebook*, *tablet*, celular ou *iphone*. Por outro lado, é preciso relativizar esta tendência do livro didático ser utilizado em parcerias com as novas tecnologias, pois a internet ainda não é um privilégio da maioria dos lares e escolas do Brasil.

Em última análise, a adaptação de práticas pedagógicas em relação à utilização do livro didático, deve vir acompanhada de um suporte didático-pedagógico e funcional para o professor, principalmente, no caso daquelas escolas que ainda optam por metodologias tradicionais de ensino. Oferecer uma estrutura avançada de implementação do ensino de nível fundamental, para a operacionalização de práticas pedagógicas eficazes, seria uma possível estratégia de diminuir as distâncias de qualidade do ensino de nível básico, quando comparado ao ensino ofertado nas instituições de ensino superior.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DO LIVRO DIDÁTICO EM DEBATE

Nesse debate a primeira questão a considerar é a versatilidade do educador na promoção de uma pedagogia de utilização do livro didático baseada na realidade de seus alunos. Afinal, o compromisso ético-moral do docente deve ser sempre a qualidade da educação ofertada aos seus discentes. Notadamente, ao curso desse processo, adaptações, intervenções e acréscimos provavelmente devem ser feitos para proporcionar uma maior qualidade do ensino, a partir do manuseio do livro didático. No entendimento de Sacristán (1991, p. 74):

A competência docente não é tanto uma técnica composta por uma série de destrezas baseadas em conhecimentos concretos ou na experiência, nem uma simples descoberta pessoal. O professor não é um técnico nem um improvisador, mas sim um profissional que pode utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para se desenvolver em contextos pedagógicos práticos pré-existent.

Assim como o artesão que busca formas inteligíveis numa madeira ou numa pedra o professor deve buscar no livro didático os elementos que lhe façam mais sentido para aprimorar e contornar os problemas do ensino de nível fundamental I. O professor é um agente histórico que nunca deve esperar dos desdobramentos da natureza do processo de ensino-aprendizagem uma ferramenta pronta. Muito provavelmente, aqui ou acolá, ou seja, na sala de aula, na proposição de tarefas, na confecção de exercícios de fixação e reflexão, na produção de avaliações, o docente deve buscar inserir o aluno na dinâmica que lhe é própria.

Por isso, parte-se do pressuposto que o livro didático também é um elo pedagógico entre professor e aluno, a qualidade do livro didático está intimamente ligada com a eficácia em relacionar a teoria e prática do conhecimento, de uma perspectiva contextualizada. Levando-se em consideração os debates promovidos até aqui em torno da problemática do livro didático, entende-se que é preciso ainda fazer neste tópico o destaque para de quatro componentes essenciais: ordem estrutural, ordem ética-moral-técnica, ordem política e ordem social. A ordem estrutural diz respeito ao papel do professor no contexto educacional; a ordem ética-moral-técnica ao compromisso com uma educação de qualidade; a ordem política atenta para um trabalho crítico reflexivo com o livro didático, tendo em vista aspectos locais e, por fim, a ordem social está relacionada com o tipo de cidadão desejado pela comunidade escolar. Esses componentes orientam, direta ou indiretamente, pois a influência do livro didático nas aulas depende da dinâmica de ensino imprimida pelo professor, conforme o emprego do livro didático seja maior ou menor no processo de ensino-aprendizagem das séries iniciais, desde a elaboração dos planos de aula até a aplicação da avaliação da aprendizagem.

O primeiro diz respeito ao fato de que embora muitos materiais impressos carreguem em sua estrutura um potencial didático, o livro didático ainda continua sendo o principal instrumento de agenciamento do processo de ensino-aprendizagem nas culturas que estimulam a passagem da cultura estritamente oral para a cultura escrita, tendo a instituição escolar um papel decisivo nesse processo de transição, entendimento compartilhado por vários dos autores já citados, tais como: Choppin (2004), Miranda e Luca (2004), Moreira (2006), Oliveira; Guimarães e Bomény (1984).

Assim sendo, o livro didático é ao mesmo tempo uma ferramenta didática e um instrumento de divulgação do conhecimento histórica e socialmente institucionalizado. Por isso, seja na escola pública ou privada, é adequado, sobretudo, do ponto do ponto de vista didático e independente da conjuntura educacional, debatê-lo em sintonia com os limites, potencialidades e possibilidades do universo onde este ganha uma especial significação: a sala

de aula. Essa primeira importância é de ordem estrutural (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMÉNY, 1984).

O segundo ponto e talvez este tenha uma íntima relação com o compromisso do professor para com o sucesso do seu alunado, é saber separar o livro didático “instrumento pedagógico”, do livro didático que é um “produto de mercado”. O docente deve ter a consciência clara de que pressões editoriais escusas e/ou favores de diversas naturezas existem, no momento da abordagem de vendedores e empresários para os professores optarem por este ou aquele livro didático, atentam contra a questão da qualidade do ensino e da ética profissional.

Entende-se que este cuidado na escolha do livro didático faz parte do compromisso ético e moral de todos os profissionais da educação, mas, principalmente, do professor, uma vez que o docente é um dos consumidores intelectuais finais deste recurso pedagógico, acompanhado obviamente dos próprios estudantes. Essa segunda relevância é ao mesmo tempo de ordem ética, moral e técnica (MIRANDA; LUCA, 2004). Sendo assim a qualidade dos conteúdos precisa ser levado em conta no processo de escolha do mesmo, assim como posteriormente nas formas de sua leitura e uso, pois levando em conta que o aluno vai aprender é necessário que os significados trazidos no livro sejam adequados ao tipo de aprendizagem que a escola se compromete.

Para o aluno de fato aprender através do livro didático, é preciso também que os significados com que o livro lida, seja adequado ao tipo de aprendizagem com que a escola se compromete. Lajolo (1996, p 03):

Muitas vezes, o livro didático é inadequado pela irrelevância do que diz, pela monotonia dos exercícios que propõe, pela falta de sentido das atividades que sugere. Nesta situação, cabe ao professor substituir exercícios e atividades, ou simplesmente apontar a irrelevância do tópico. Substituição e comentário serão educativos, na medida em que estarão fazendo o aluno participar, de forma consciente, de uma situação de leitura crítica e ativa de um texto.

É no ato da sua prática docente que esse profissional poderá fazer os ajustes que julga necessário com relação aos conteúdos contidos no livro, as substituições ou complementações das atividades propostas não devem ocorrer apenas se o livro for considerado “ruim”, mas sempre que o professor, como agente cultural e dono da sua própria ação crítica e reflexiva, achar pertinente fazer qualquer alteração na forma de condução metodológica desse instrumento, pois como afirma Lajolo (1996, p.03): O melhor dos livros didáticos não pode competir com o professor: ele, mais do que qualquer livro, sabe quais os

aspectos do conhecimento falam mais de perto a seus alunos, que modalidades de exercício e que tipos de atividade respondem mais fundo em sua classe.

Voltamos ao terceiro relacionando o fato de que os livros didáticos refletem uma determinada visão de mundo, como também, perspectivas de leitura e releitura da sociedade brasileira do passado e do presente. Em consequência disso, a escolha do livro didático por um estado da federação, por uma comunidade ou por uma unidade escolar deve representar, os objetivos gerais e específicos do modelo de gestão escolar adotado, em respeito ainda decisões emanadas do projeto político-pedagógico, de gestão escolar, de educação e discente que a comunidade de pais e mestres anseia. Essa terceira atenção direcionada ao livro didático é de ordem política.

O quarto e último ponto, diz respeito ao quesito da responsabilidade social de professores e alunos, para com a preservação da qualidade física dos livros didáticos e sua eventual reciclagem para fabricação de outros livros, principalmente, porque este instrumento é utilizado todo ano – a cada três anos – por um novo estudante. Notadamente, essa quarta relevância é ao mesmo tempo de ordem social, atentando também para o princípio da sustentabilidade ambiental (PESSOA, 2009).

Professores e alunos são consumidores de capital cultural, saberes e fazeres. Os conteúdos escolares constituem atributos, habilidades, valores, costumes, preceitos éticos e morais que precisam ser apreendidos para um entendimento consciente, coerente, humano, cidadão e saudável para o convívio em sociedade, tendo em vista como está expresso no artigo primeiro, parágrafo segundo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 2013, p. 9): “§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Muitas vezes visto como um objeto trivial na promoção de uma educação de qualidade, o livro didático não é avaliado como deveria ser, não apenas pelos professores, mas também por pais e alunos, na tentativa de perceberem se as empresas que fabricam esses livros estão em sintonia com as regras de mercado, a responsabilidade social, a sustentabilidade do meio ambiente, os níveis aceitáveis de qualidade material, pedagógica e didática, assim como, com os encargos sociais e públicos.

Em conformidade com a realidade de utilização do livro didático, estes são os quatro aspectos orientadores necessários na formação de professores para a utilização do livro didático nos respectivos campos de atuação docente, uma vez que permitem problematizar as dimensões pedagógica, econômica e política na formação de professores para o contato

cotidiano, os processos coletivos de escolha do livro didático e as disputas políticas, sociais e culturais processadas no próprio interior deste objeto do trabalho pedagógico.

O motivo de o livro didático ser o objeto principal de consecução das ações-objetivo direcionadas para o estudante, não impede que o professor estabeleça, na produção de exercícios de fixação, nas avaliações de aprendizagem, na culminância de dinâmicas de interação com os outros alunos, no ato de realização de projetos, com foco na apreensão e problematização de conhecimento, e até mesmo em atividades recreativas, uma relação constante de avaliação de qualidade, que com certeza, impacta diretamente no padrão da educação ofertada.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Neste capítulo apresenta-se a trajetória metodológica da pesquisa que tem por objetivo investigar o uso do livro didático na prática pedagógica dos professores dos anos iniciais. Aqui será caracterizado o estudo, local e sujeitos da pesquisa, bem como os instrumentos de coleta de dados, procedimentos e categorias de análise de dados.

As pesquisas impulsionam novas descobertas e esta última, parte do questionamento que busca um conhecimento. A metodologia direciona a forma como será conduzida uma pesquisa, através dela o pesquisador busca fundamentos em métodos e técnicas coerentes como propósito da pesquisa. Para Minayo e Deslandes (2008, p. 14) entende-se por metodologia:

O caminho pensante e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas), e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Assim, a pesquisa ora realizada é de natureza qualitativa. Esse tipo de pesquisa é esclarecido nas palavras de Goldemberg (2000, p.49) ao expor que “[...] os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados no contato direto do pesquisador com a situação estudada. Garcia (2001, p.58) afirma que:

O pesquisador participa do cotidiano das pessoas – de forma explícita ou não por um período de tempo prolongado com a finalidade de observar o que acontece. Ouvir o que é dito, fazendo questões, enfim, coletando dados que permitam esclarecer os aspectos que selecionou como importantes na investigação.

Do ponto de vista dos objetivos planejados para o referido estudo, pode-se caracteriza-lo como um estudo de caso. Essa escolha foi motivada pelo fato da formação de professores para o uso do livro didático tratar-se de um fenômeno contemporâneo que requer um aprofundamento considerando a análise dos distintos aspectos no que diz respeito à escola e o fazer docente. Ludke e André (1986, p.18-19) elencam algumas características do estudo de caso:

(...) visa à descoberta, enfatiza a interpretação em contexto, buscando retratar a realidade de forma complexa e profunda, usando uma variedade de fontes de informação, permitindo generalizações naturalísticas, procurando

representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presente numa situação social, onde os relatos utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que outros relatórios de pesquisa.

Um estudo de caso é sempre bem delimitado, exteriorizando contornos claramente definidos para o desenvolvimento da pesquisa, segundo Lüdke e André (1986). Um caso pode apresentar, também, certa semelhança com outros, mas é simultaneamente diferente por expor sempre um interesse próprio.

Lüdke e André (1986) e Triviños (1987), enfatizam as características do estudo de caso como estudos que partem de alguns pressupostos teóricos iniciais, mas procuram manter-se constantemente atentos a novos elementos emergentes e importantes para discutir a problemática em questão. Diante do exposto, entende-se o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa relevante no processo educativo.

4.1 PESQUISA E ENFOQUE

O método adotado por essa pesquisa é o fenomenológico tomando por pressuposto uma vez que a educação é considerada um fenômeno; por meio da análise desse fenômeno é possível detectar suas invariantes, suas características essenciais. A fim de compreender o fenômeno, é importante reviver e recriar as experiências que se vivenciaram. À Fenomenologia pode atribuir uma dimensão profundamente pedagógica, com características de constante aprendizado e construção da própria história:

A fenomenologia basicamente se guia pelos caminhos da experiência, e assim sugere uma tomada reflexiva da vivência, abrindo possibilidades de observar as coisas como elas se manifestam. Trazendo à consciência novos olhares, para permitir um redimensionamento dos fazeres. Ao tratarmos das práticas educativas, evidenciamos a necessidade de buscar um olhar intencional que possa nos desvelar formas diferenciadas no fazer pedagógico. Compreendendo que em todo processo somos sujeitos, e estamos em constante elo com o outro no movimento das mudanças e transformações dialeticamente intenso (ROJAS, 2006, p. 03).

O pensar fenomenológico é uma volta às coisas mesmas, ou seja, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência como objeto intencional. Não há objeto em si quem confere um sentido e um significado ao objeto é sempre e necessariamente o sujeito, com a sua intencionalidade e ainda segundo Rojas (2006, p.04):

[...] a intencionalidade, enquanto consciência ativa faz o indivíduo interagir no mundo, com autonomia de pensamento: é a consciência de um querer intenso, objetivo e seguro. O educador, ao incorporar para si a intencionalidade, redobra de sentido o seu fazer e retorna de maneira significativa à intensidade da realização nas ações pedagógicas.

Diante disso, a fenomenologia contribui com a pesquisa em educação por proporcionar métodos que permitem diferentes olhares sobre o fenômeno educacional para evitar um único entendimento do contexto. Considerando a educação um fenômeno é possível analisar suas características essenciais.

4.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

Para além de uma seleção criteriosa de materiais que tratem do tema em questão, foi necessário também de um local com elementos efetivos para que os objetivos propostos da pesquisa fossem passíveis de ser alcançado. Assim, o estudo foi realizado em duas escolas municipais em Picos-PI, em que foram realizados os estágios curriculares. Lembrando como já exposto na introdução, foi no momento da realização da prática do estágio, que houve a inquietação e questionamentos sobre o constante uso do livro didático pelos docentes nas referidas escolas. Em muitos momentos foi possível presenciar a utilização desse instrumento como uma fuga do tempo na sala de aula ou como refúgio para o tempo.

O estudo teve a participação de 08 (oito) professores de 02 (duas) unidades escolares municipais que assistem alunos do Ensino Fundamental menor, sendo esses sujeitos 05 (cinco) do sexo feminino e 01 (um) do sexo masculino, em que serão denominados nomes fictícios para resguardar o anonimato. O critério de seleção das referidas unidades escolares como já dito baseia-se no fato de terem sido as escolas de realização dos estágios curriculares obrigatórios. Dos 08 (oito) participantes, 05 (cinco) são formados em Pedagogia e os outros 03 (três) sujeitos tem formação em História, Letras e Direito; respectivamente.

4.3 PESQUISA E INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para explorar a pesquisa em questão recorreu-se a técnicas de observação direta (pesquisa de campo) que conforme explica Thiollent (1987, p. 32) “estabelecem um contato efetivo com as pessoas implicadas no problema investigado”. E indiretas (pesquisa bibliográfica), realizada a partir de um levantamento material com dados já analisados, e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de web sites, sobre o tema que desejamos conhecer (MATOS; VIEIRA, 2002. p. 40).

Para coleta dos dados utilizou-se como procedimentos a observação que consiste em uma análise dos fatores a serem estudados, além de ser um instrumento para conseguir informações, utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Esse instrumento de pesquisa oferece elementos relevantes da rotina escolar fornecendo subsídios

para o observador verificar além do cotidiano a prática do sujeito e as suas ações no âmbito escolar. Sendo assim, Ludke e André (1986, p.26) destacam que:

A observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como principal método de investigação ou associados a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens.

A observação abrangeu a prática dos professores das duas escolas pelo período de 08 dias nas respectivas unidades; e para cada momento foram reservadas 4 horas/aulas com duração de 50min. Outro instrumento aplicado durante a pesquisa consistiu em entrevistas, bem como se realizou outros momentos de conversas e interações com os professores o que possibilitou um diálogo mais aberto e informal acerca do tema estudado. Ribeiro (2008 p.141) trata a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

A entrevista aplicada junto aos docentes foi a semi-estruturada, que segundo Triviños (1987, p.152) “[...] favorece não só as descrições dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e compreensão de sua totalidade”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

No caso desta pesquisa, assume-se a perspectiva de que as entrevistas, ao estabelecerem uma relação mais próxima com os entrevistados, contribuem na compreensão do significado do livro para o professor e na maneira como ele apropria-se e utiliza este instrumento.

4.4 ANALISANDO OS DADOS: PROCEDIMENTOS E CATEGORIAS

Com base nos dados obtidos, foi possível agrupar os mesmos em três categorias. A categoria “Formação para escolha do livro didático” foi vinculada a duas subcategorias: a escolha do livro didático e participação em curso. Já a categoria “O uso do livro didático” encontra-se vinculada em três subcategorias: recursos didáticos utilizados nas aulas; utilização do livro nas aulas: aspectos adotados; e manual do professor no livro didático. A categoria “utilização do livro didático adotado pela escola: possibilidades e limites”, não vinculou subcategoria. A seguir será realizada a análise dos dados a partir dessas categorias.

4.4.1 Formação para escolha do livro didático

Como já exposto a partir dos dados coletados elegemos três categorias para discutirmos os resultados “Formação para escolha do livro didático”, “O uso do livro didático” e “utilização do livro didático adotado pela escola: possibilidades e limites”; onde algumas subcategorias estão subordinadas nas duas primeiras categorias, permitindo-nos analisar os dados relativos à formação e prática pedagógica dos professores, que atuam nas escolas.

4.4.1.1 A escolha do livro didático

Discutiremos nessa subcategoria como ocorre o processo de escolha dos livros didáticos adotados nas duas escolas, a participação do professor na escolha e suas impressões com relação a esse instrumento de trabalho.

A escolha do livro didático a ser trabalhado em sala de aula por professores e alunos torna-se momento importante para o ensino e aprendizagem dos conteúdos existentes no mesmo, afinal é este material que norteará o trabalho do professor. O primeiro questionamento foi elencado com o propósito de entender como ocorre a escolha do livro didático adotado nas unidades escolares pesquisadas. De acordo com os professores entrevistados:

“Embora não tenha participado dessa escolha, sei que é feita juntamente com a Secretaria de Educação por votação” (**Professora Patrícia**).

“É feito através de votação na Secretaria, no entanto, não posso me aprofundar no assunto, pois não participei” (**Professor Ana**).

“É escolhido por votação na Secretaria, nunca participei, mas afirmo que deveria ser de outro método para essa escolha, pois geralmente a maioria dos professores não participa dessa escolha” (**Professora Teresa**).

“Primeiramente os professores da escola em reunião, depois daqui foi para a Secretaria de Educação onde ocorre uma votação para a escolha dos livros” (**Professora Carla**).

“Foi à própria Secretaria que escolheu não gosto dessa sistemática de escolha, pois não beneficia a todos, a mim pelo menos não, pois nunca pude participar” (**Professora Glória**).

“Por votação na Secretaria juntamente com os representantes de cada escola” (**Professora Fernanda**)

“Foi votação na Secretaria de Educação” (**Professora Paula**).

“Em reunião com os representantes de todas as escolas da rede municipal de ensino na Secretária de Educação onde ocorre a escolha” (**Professor Pedro**).

Nota-se que nas falas das professoras *Patrícia, Ana, Teresa e Glória* que os professores não sabem ao certo como é realizada essa escolha, tendo em vista que não participaram do processo de escolha desse instrumento. A participação dos professores na escolha dos livros didáticos é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem mais eficaz, uma vez que esses profissionais ao analisar os livros que poderão ser utilizados podem também repensar suas práticas pedagógicas de forma consciente. Sobre essa temática Lajolo (1996, p.09) ressalta que:

Escolha e uso de livro didático precisa resultar do exercício consciente da liberdade do professor no planejamento cuidadoso das atividades escolares, o que reforçará a posição de sujeito do professor em todas as práticas que constituem sua tarefa docente, em cujo dia-a-dia ele reescreve o livro didático, reafirmando-se, neste gesto, sujeito de sua prática pedagógica e um quase co-autor do livro.

As discussões em torno desse recurso que será trabalhado durante todo o ano letivo são pertinentes e necessárias mesmo depois do processo de escolha do livro didático, com a presença do conjunto dos professores e promovida pelas Secretarias de Educação dos municípios, faz-se necessário por esse profissional sempre refletir sobre sua postura, sua didática e o verdadeiro papel que está dando a esse recurso em sua prática. Soares (2002, p. 02) vem nos dizer qual o papel ideal e real desse instrumento:

Há o papel ideal e o papel real. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio, mas não o roteiro de trabalho dele. Na verdade isso dificilmente se concretiza, não por culpa do professor, mas de novo vou insistir por culpa das condições de trabalho que o professor tem hoje. Um professor hoje nesse país, para ele minimamente sobreviver, ele tem que dar aulas o dia inteiro, de manhã, de tarde e, frequentemente, até a noite. Então, é uma pessoa que não tem tempo de preparar aula, que não tem tempo de se atualizar. A consequência é que ele se apoia muito no livro didático. Idealmente, o livro didático devia ser apenas um suporte, um apoio, mas na verdade ele realmente acaba sendo a diretriz.

Torna-se importante ressaltar que, em muitas escolas brasileiras, o livro didático é o único instrumento de que o professor dispõe para trabalhar os conteúdos, o que compromete ainda mais uma prática voltada para o uso absoluto desse instrumento onde as aulas deveriam ser conduzidas com uma metodologia que amplie o que o livro didático traz, estabelecendo conexão com os textos e atividades que englobem a interdisciplinaridade.

Foi possível perceber também que nem todos os professores concordam em como é realizada a escolha do livro didático. Isso se faz presente nas falas das professoras Teresa e Glória, ao considerarem que há necessidade de outra forma de escolha que possibilitem todos participar, com um espaço próprio para que essa escolha e decisão ocorram a partir de uma criticidade contemplando o envolvimento de todos os professores.

4.4.1.2 Participação em Curso

Nessa subcategoria discutiremos a participação dos professores em cursos relacionados à utilização do livro didático em sala de aula. Ao questioná-los sobre esse aspecto apenas 02 (dois) professores responderam que tinham participado de algum curso de como utilizar esse instrumento em sala.

“Foi um rico aprendizado, o que permitiu um alargamento na minha concepção sobre livro didático” (**Professora Fernanda**).

“Foi proveitoso, e aprendi algo muito significativo que antes não tinha conhecimento que é quando realmente de fato ocorre a transposição didática” (**Professor Pedro**).

Um dado interessante foi posto por um desses sujeitos ao se referir sobre o conhecimento que teve sobre transposição didática. A transposição didática pode ser entendida como um processo capaz de tornar o saber científico “saber sábio” do cientista, em um saber de fácil compreensão “saber a ensinar”, transformando-o em um saber ativo “saber ensinado” (Oliveira 2011, p.35).

Respaldamos no conceito acima de Oliveira (2011), para enfatizarmos que esse termo adotado por esse professor refere-se aos instrumentos por meio do qual o saber científico é transformado em saber escolar, em que o docente pode-se utilizar de diversos meios para levar o conhecimento científico de uma forma compreensível a seus alunos. A transposição didática poderá acontecer por meio de utilização de instrumentos facilitadores existentes no meio escolar, ou através de ambientes que rodeiam alunos e professores (OLIVEIRA 2011, p.35).

4.4.2 O uso do livro didático

Nessa categoria “O uso do livro didático” traz considerações sobre as práticas pedagógicas dos professores diante das estratégias utilizadas com livro didático durante as aulas e como esse instrumento se transforma num suporte de apoio no processo de ensino e aprendizagem.

4.4.2.1 Recursos didáticos utilizados nas aulas

Nessa subcategoria será discutido sobre os instrumentos pedagógicos que os professores entrevistados utilizam em suas aulas. Ao questioná-los sobre esses recursos os mesmos elencaram que utilizam da seguinte forma:

“Trabalho mais o livro didático, vídeos, textos impressos, entre outros materiais complementares” (**Professora Patrícia**).

“Utilizo músicas, filmes, revistas, e outros textos impressos em folhas” (**Professora Ana**).

“Filmes, músicas, mais geralmente trabalho mais com textos impressos como continuação do conteúdo que estou ministrando” (**Professora Teresa**).

“Filmes, materiais concretos como formas geométricas, Datashow, músicas e xerox de atividades” (**Professora Carla**).

“Televisão, filmes, textos impressos, músicas, cartolinas” (**Professora Glória**).

“Jogos, targetas, filmes” (**Professora Fernanda**).

“O que mais utilizo além do livro, são filmes, cartolinas, músicas” (**Professora Paula**).

“Livro didático, Datashow, pincel e quadro acrílico e atividades nas folhas” (**Professor Pedro**).

As falas pronunciadas pelos professores enumeram diversos instrumentos utilizados durante suas aulas como suporte pedagógico para além do livro didático. Contudo nas observações realizadas nas salas de aulas foi possível verificar que dentre os instrumentos citados pelos docentes em seus relatos, apenas o *Datashow* e textos impressos foram de fato utilizados nas aulas. Embora esses recursos quando trabalhados representavam apenas uma

continuação do conteúdo do livro que vinha resumido, como enfatiza a Professora Teresa nos relatos acima apresentados. Neste sentido as contribuições de Silva (1996, p. 08) são relevantes ao enfatizar que:

É uma tradição tão forte dentro da educação brasileira que o seu acolhimento independe da vontade e decisão dos professores. Sustenta essa tradição o olhar saudosista do país, a organização escolar como um todo, o marketing das editoras e o próprio imaginário que sustenta as decisões pedagógicas do educador. Não é à toa que a imagem estilizada do professor apresenta-o com os livros nas mãos, dando a entender que o ensino, o livro e o conhecimento são elementos inseparáveis, indicotomizáveis. E aprender dentro das fronteiras do contexto escolar, significa atender às liturgias dos livros, dentre as quais se destaca aquela do livro “didático”: comprar na livraria no início de cada ano letivo, usar ao ritmo do professor, fazer as lições, chegar à metade ou aos três quartos dos conteúdos ali inscritos e dizer amém, pois é assim mesmo (e somente assim) que se aprende.

Considera-se que o uso exclusivo do livro não passa somente pela escolha do docente, visto que o próprio sistema educacional se configura de tal forma a valorizar esse instrumento como único meio de atingir os objetivos de aprendizagem. O que também gera o uso excessivo do docente e também do próprio aluno, que passa a cobrar a presença dos livros nas atividades realizadas. Segundo Romanatto (1987 p. 02-03):

O livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula e, muitas vezes como substituto do professor quando deveria ser mais um dos elementos de apoio ao trabalho docente [...] os conteúdos e métodos utilizados pelo professor em sala de aula estariam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Muitos fatores têm contribuído para que o livro didático tenha esse papel de protagonista em sala de aula [...] um livro que promete tudo pronto, tudo detalhado, bastando mandar o aluno abrir a página e fazer exercícios, é uma tradição irresistível. O livro didático não é um mero instrumento como qualquer outro em sala de aula e também não está desaparecendo diante dos modernos meios de comunicação. O que se questiona é sua qualidade. Claro que existem as exceções.

Dessa forma, o livro didático torna-se um dos meios mais utilizados pelo professor e pela escola, e se assim é, ressalta-se a importância do trabalho conjunto entre escola e a participação dos professores na escolha do mesmo ao analisar se esse recurso atende a critérios básicos como, por exemplo: se o conteúdo nele trabalhado abrange interdisciplinaridade; qual a proposta pedagógica apresentada; e se há contextualização da realidade que é vivenciada pelo aluno, para que os mesmos consigam relacionar o conteúdo estudado com o seu dia-a-dia.

Nesse aspecto Lajolo (1996, p. 05) salienta que “é a partir do conhecimento que já tem do mundo em que vivem que os educandos poderão construir os conhecimentos nos quais

os livros didáticos e as escolas devem iniciá-los”. Entende-se assim que o professor deve conhecer e socializar as experiências de vida do seu aluno para moldar os conhecimentos que serão ensinados para que ele avance significativamente comparado ao nível que entrou na escola.

Torna-se necessário também aos professores procurarem formas diversificadas de se trabalhar com o livro em sala, como bem ressalta Faria (2005, p.89) “um professor que perceba o contraste entre o conteúdo do livro e a vivência do aluno”. É na prática do dia a dia que o professor vai promovendo oportunidade de se aprimorar intelectualmente e humanamente, construir e principalmente se nutrir de uma sensibilidade que é algo primordial a qualquer docente.

Vasconcelos e Souto (2003, p. 101) expõem que “Os livros didáticos precisam, sem dúvida, conter ferramentas que instiguem a discussão sobre o conteúdo teórico a fim de permitir sua conversão em conhecimento”. Possibilitando aos alunos mediante ao estudo desse recurso abstrair conceitos que instigue ao próprio desenvolvimento do conhecimento, promovendo junto aos mesmos interferirem em suas escolhas, em sua visão de mundo. A problemática está em o professor trabalhar esse recurso para somente resolver os exercícios propostos nele ou utilizar como ferramenta de pesquisa assim como tantas que estão ao alcance desse profissional, que poderá contar em sua prática com outros elementos e instrumentos para realização das aulas, além do livro.

Uma questão identificada durante as observações realizadas nas duas unidades escolares se faz presente na limitação de recursos didáticos. Tal fato pode contribuir para uma maior utilização do livro didático pelo professor na sua prática pedagógica. Essa realidade remete lembranças dos nossos estágios curriculares ao percebermos o fascínio das crianças ao se trabalhar nas aulas com outros recursos. Por mais simples que fossem os recursos utilizados por nós estagiários nas aulas, eles promoviam a participação e criatividade do aluno tornando participante da construção do conhecimento.

Observa-se que o material didático é um recurso empregado no meio educacional com finalidade específica de auxiliar no processo de ensino e contribuir para uma aprendizagem significativa Assim, os materiais didáticos se caracterizam como instrumentos de mediação que auxiliam o professor e subsidiam o trabalho docente.

4.4.2.2 Utilização do livro nas aulas: aspectos adotados

Nessa subcategoria é realizada uma reflexão diante do processo de ensino e aprendizagem e as práticas do professor na sala de aula, a partir do questionamento sobre como esses docentes utilizam o livro didático em suas aulas. Nas falas abaixo é possível identificar as formas de utilização do livro didático no cotidiano da sala de aula.

“Sigo a sequência do livro explicando o conteúdo e resolvendo as atividades nele propostas. As sugestões de como trabalhar de outras formas o tema estudado é um aspecto que gosto bastante” (**Professora Patrícia**).

“Utilizo como principal recurso em sala, gosto dos textos que ele trás assim como as sugestões para leituras complementares” (**Professora Ana**).

“Em atividades de leitura e produção da escrita. São as sugestões” (**Professora Teresa**).

“Após um conteúdo abordado, faço a leitura e escrita do texto. Aprecio neles as ilustrações” (**Professora Carla**).

“Primeiramente fazemos a leitura do conteúdo que iremos estudar e depois realizamos exercícios que na maioria das vezes são escritos mesmo. Gosto das ilustrações e sugestões de atividades complementares” (**Professora Glória**).

“Fazendo as leituras e realização das atividades que vem neles” (**Professora Fernanda**).

“Inicio com leituras e depois respondemos as questões propostas no livro didático, resalto as ilustrações como algo interessante” (**Professora Paula**).

“Começo utilizando para iniciar um novo assunto ou retomar o assunto da aula anterior, além das ilustrações as sugestões são aspectos que considero interessante neles” (**Professor Pedro**).

Nas falas dos entrevistados prevaleceu uma questão que se refere às formas com que os mesmos trabalham a leitura no livro didático. De fato percebeu-se durante as observações que é trabalhada a leitura nesse instrumento, porém é realizada de forma superficial e linear. Essa realidade foi observada durante os estágios curriculares onde foi possível verificar que a leitura dos textos nos livros é utilizada apenas como uma forma de “incluir” o aluno na aula, onde um ler uma estrofe o outro ler a outra, e o que não sabe ler ou não quer “não está participando da aula”. Sobre esse aspecto Guimarães (1996, p.66) vem sugerir que:

O uso do livro didático pode instrumentalizar o leitor para o estabelecimento de elos entre os diversos campos que o ato de investigação aciona no sujeito pensante: o campo conceitual, o campo metodológico, o campo cognitivo e o campo afetivo. Como se vê, discutir o uso do livro didático é, em última instância, discutir o ato de ler. Afinal, a leitura deve ser entendida não como um exercício mecânico, mas como produção de significados. Não como um processo meramente de recepção das ideias produzidas pelo autor. Ao contrário, como um processo ativo e criativo, onde autor e leitor estão em interação.

O livro didático geralmente é utilizado pelos professores durante as aulas como fonte de leitura e conexão com as atividades que vem no mesmo. É nesse momento que para alguns docentes a criança assimila o conhecimento. Em muitas práticas escolares, verifica-se essa leitura como algo insignificante sem muito interesse por parte dos alunos e também dos professores, que não vão além do conteúdo que está nesse instrumento. Sobre essa perspectiva, Lajolo (1996, p.06) afirma que:

Nenhum livro didático, por melhor que seja, pode ser utilizado sem adaptações. Como todo e qualquer livro, o didático também propicia diferentes leituras para diferentes leitores, e é em função da liderança que tem na utilização coletiva do livro didático que o professor precisa preparar com cuidado os modos de utilização dele, isto é, as atividades escolares através das quais um livro didático vai se fazer presente no curso em que foi adotado.

Pode-se considerar que em muitos casos o livro didático é o único realmente utilizado pelo professor durante suas aulas, tornando-se assim objeto de grande discussão, uma vez que o mesmo é um importante suporte para o professor e aluno. Na fala da autora citada acima, a responsabilidade do uso do livro didático encontra-se nas mãos dos professores, afinal são eles que optam pela forma de como se trabalhar com esse recurso, ou seja, é o docente que escolhe como irá desenvolver suas atividades, resumindo, o método que o mesmo utilizará afim de que a criança adquira o conhecimento.

A maioria das críticas que se faz em relação ao uso do livro didático está em volta da postura didática adotada pelo professor. Historicamente o livro didático foi o único instrumento desse profissional, e até hoje se perpetua sendo o mais utilizado, porém é a reflexão da prática do docente que determinará o significado ou não desse instrumento didático. Ao mediar à relação entre aluno e livro didático o professor precisa estar seguro de suas concepções pedagógicas, para poder interagir com qualidade com qualquer metodologia de ensino ou instrumento didático-pedagógico que se lhe apresente.

O livro didático se constitui como elemento da cultura escolar, organizando a seleção de conteúdos, interferindo e guiando as práticas pedagógicas e contribuindo, ao seu modo,

para as formas de construção do conhecimento no ambiente escolar, cabendo ao professor procurar outras fontes de pesquisas para enriquecer suas práticas.

4.4.2.3 Manual do professor no livro didático

Nesta subcategoria é discutida a existência do manual contido nos livros didáticos e como esses são utilizados na prática docente, bem como se esse manual oferece orientação metodológica ao docente na utilização do livro.

“Sim possuem manual, o manual serve de referencia e apoio para as aulas” (**Professora Patrícia**).

“Sim, me auxilia com métodos para cada conteúdo bem como para a realização do planejamento” (**Professora Ana**).

“Sim, tenho o auxilio dele na realização do planejamento bimestral” (**Professora Teresa**).

“Sim possuem, sempre acabo complementando minhas aulas com sugestões do manual do professor” (**Professora Carla**).

“Sim, na realização do planejamento” (**Professora Glória**).

“Sim, ele me auxilia e muito, observo ele e sigo dicas” (**Professora Fernanda**).

“Sim, observo ele como subsídios de apoio para as aulas” (**Professora Paula**).

“Sim, considero ele de fundamental importância, sempre dou uma olhada para pegar algumas dicas” (**Professor Pedro**).

O manual do professor oferece orientação metodológica específica ao docente para a utilização do livro na sala de aula. Paulino (2012, p. 182) destaca que “trata-se de uma exigência do edital de inscrição no processo de avaliação para o Programa Nacional do Livro didático (PNLD), que reconhece nesse tipo de texto um recurso para o esclarecimento das propostas para o livro didático”. Esse suporte contido no livro didático oferece dispositivos que complementam o trabalho docente sugerindo leituras e outros recursos para a atualização do professor como também sugestões de materiais didáticos e orientações para a resolução dos exercícios.

É possível observar nas falas acima que os professores utilizam o manual de instruções contido no livro didático como suporte na falta de um planejamento sólido.

Utilizam desse instrumento os objetivos que já vem pronto para cada unidade e transformam em plano de aula. Essa constatação se faz presente na fala da *Professora Teresa* que acrescenta: “[...] utilizo o manual do professor para criar objetivos e planos para apresentar a coordenação da escola quando solicitado for”. Essa fala reforça o pensamento que os manuais são suportes, como já mencionado, e é direcionado ao professor para auxiliar na sua metodologia, no entanto, eles estão sendo utilizados como um planejamento de aula pronto e acabado.

Ao serem questionados quanto à utilização do livro no plano de ensino e de aula, todas as respostas dos sujeitos foram unânimes, ao afirmar que utilizam as sugestões trazidas nos manuais, tanto para o plano de ensino como o de aula. Paulino (2012, p. 205) destaca que:

O manual do professor se passa sim como um guia para o trabalho do dia a dia. Sobretudo visto a partir da sua utilidade para a atualização e formação continuada do magistério e, portanto, do programa e das práticas que orienta, repousa na suspeita dos professores não terem tido formação adequada ou experiência suficiente.

É oportuno considerar que a ausência de uma formação adequada colabora para uma crescente dependência do professor ao livro. As falas dos professores foram expressivas ao afirmarem que os planejamentos estão voltados e até copiados do livro didático, uma vez que os manuais estão cada vez mais completos propondo também uma proposta metodológica com subsídios para a preparação das aulas.

4.4.3 Utilização do livro didático adotado pela escola: possibilidades e limites

Essa categoria trás pontos considerados positivos e negativos sobre a utilização do livro didático adotado pela escola:

“Como ponto positivo temos o livro como um referencial e norte dentro da sala”. Como negativo é a unificação do livro de ciências, história e Geografia. (**Professora Patrícia**).

“Como positivo destaco que são bem ilustrados e posso dizer que são todos assim, o unificado de historia, geografia e ciências deixam a desejar, pois os conteúdos são poucos e as atividades também” (**Professora Ana**).

“Como positivo destaco os objetivos e sugestões e como negativo, são os conteúdos que não são pertinente e necessário, pois tem muitas imagens, porém não condiz com a realidade que o aluno esta inserida e além do mais houve essa unificação que deixou mais vago ainda” (**Professora Teresa**).

“Como positivo destaco a interpretação e como negativo é que tem muitas perguntas para serem respondidas oralmente que são mais voltadas para a opinião dos alunos, eu pulo essa parte eles não sabem responder” (**Professora Carla**).

“Como positivo é bem ilustrado e com boas sugestões e negativo deixa a desejar porque é vago o conteúdo, são bem resumidos” (**Professora Glória**).

“Como positivo temos a distribuição dos conteúdos e a linguagem e negativo é a utilização de apenas um livro para história geografia e ciências que ficou dividido em ciências naturais e ciências sociais” (**Professora Fernanda**).

“Como positivo são as ilustrações, e negativo o fato de terem unificado ciências história e geografia” (**Professora Paula**).

“De positivo são as sugestões que eles trazem e negativo é o fato dos conteúdos não condizerem com a realidade do aluno” (**Professor Pedro**).

Nas duas escolas pesquisadas foi possível verificar que em uma escola, todos os alunos possuíam livro, e na outra nem todos tinha o livro. Uma saída para a escola que não tinha livros para assistir a todos os alunos era compartilhar o livro em alguns momentos da aula, bem como as atividades contidas nos livros eram socializadas através da cópia das mesmas no quadro.

Nas observações realizadas, no campo da pesquisa, foi possível perceber que essa prática de copiar as atividades no quadro não ficou restrita apenas a escola que não tinha livros para todos os alunos. Também na escola que havia livros para todos, os professores trabalhavam da mesma forma; pois como afirma a professora *Glória* “[...] o livro não pode ser riscado em hipótese alguma, pois servirá para o aluno do ano seguinte”.

As observações realizadas durante a pesquisa na sala de aula dessas duas unidades escolares revelaram que essa prática compromete o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois mesmo aqueles que possuem o livro copiam do quadro as perguntas que a professora escreve, e muitas crianças estão muito habituadas a fazer isso³.

Ainda observando as falas dos sujeitos pesquisados, é possível verificar que as professoras *Patrícia, Ana, Teresa, Fernanda e Paula*, ressaltam como ponto negativo no uso

³ Inicialmente os alunos perguntam qual é a página do livro para a atividade. Quando o professor vai para o quadro eles já estão transcrevendo sozinhos seguindo a ordem das perguntas no livro. Era comum em alguns momentos o professor que está escrevendo no quadro pular uma determinada pergunta do livro. Com esse descuido alguns alunos ficavam confusos e terminavam por não responder a atividades. (Diário de bordo)

do livro didático, o fato da unificação dos livros didáticos de Ciências, História e Geografia. O PNLD 2016, 2017 e 2018, dividiu para o 2º e 3º ano, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Essa unificação foi considerada ruim por todos os professores do 2º e 3º ano, que fazem críticas ao fato dos conteúdos se apresentarem de forma limitada, sendo utilizado na íntegra antes do final do ano letivo. Sobre isso, a *Professora Patrícia expõe que*: “[...] está sendo horrível trabalhar dessa maneira, o conteúdo acaba bem antes do planejado e olha que são três disciplinas, temos que nos “virar” para procurar outros tipos de atividades para complementar”.

Ainda sobre essa questão a *Professora Ana* relata que: “[...] como não gostei dessa unificação, pois ela está dificultando o nosso trabalho por ser tão sucinta, utilizo nas minhas aulas os livros antigos também, do PNLD 2013, 2014 e 2015, eles eram mais completos em questão de conteúdo”. Sobre esse aspecto Libâneo (1994, p.78) enfatiza que:

É dada excessiva importância à matéria que está no livro, sem preocupação de torná-la mais significativa e mais viva para os alunos. Muitos professores querem a todo custo terminar o livro até o final do ano letivo como se a aprendizagem dependesse do “vencer” o conteúdo do livro.

Considerando a afirmação de Libâneo (op. cit. 1994), o livro é um recurso didático entre tantos outros que estão ao alcance do docente. A forma como o mesmo vai ser trabalhado depende da criatividade e da sensibilidade desse profissional, pois o processo de ensino e aprendizagem deve envolver materiais variados e nenhum deles deve ser mais importante que o professor, de modo que é ele que tem que definir a melhor forma de ensinar traçando objetivos e metas condizentes com a realidade do aluno.

Um dos aspectos presentes nas falas dos sujeitos ao considerarem como positivo na utilização dos livros, são as sugestões contidas no livro didático. Os livros trazem diversas sugestões ao final de cada conteúdo. São atividades bastante pertinentes e diferentes das demais, pois são mais voltadas para o lúdico, possibilitando a fixação do conteúdo que foi ministrado, porém nem sempre elas são trabalhadas em sala de aula⁴.

Libâneo (1994, p. 78) ressalta que: “o livro didático é necessário, mas por si mesmo ele não tem vida. É um recurso auxiliar cujo uso depende da iniciativa e imaginação do professor”. Dessa forma, o livro é um recurso importante e o mais trabalhado sim, mas é um

⁴ Em uma das aulas observadas durante a pesquisa, no final de cada conteúdo que estava sendo ministrado pelo docente, na página seguinte havia uma sugestão de atividade, que consistia na construção de um painel a ser realizado pelo professor, sugerindo que cada aluno pegaria uma ficha contendo um determinado dígrafo e iria até o painel encaixar. Essa ficha em uma determinada palavra, completando assim a palavra com o dígrafo correto. Era uma atividade simples e diferente que estava ao alcance do professor, no entanto não foi trabalhada. (Diário de bordo)

recurso como outros que o professor pode ter em mãos, que só ganha vida quando o professor trabalha estes recursos visando o desenvolvimento pleno do aluno. É possível inovar no ensino e isso requer estratégias, é possível fazer com que uma aula seja produtiva e significativa para o aluno aperfeiçoando os recursos existentes na escola transformando estes recursos, por mais simples que seja em estratégias para ensinar. Essa junção de recursos, juntamente com o livro didático, que o torna um instrumento em sintonia a outros. E dessa maneira é possível que se tenha uma aprendizagem maior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as discussões em torno da eficácia ou não dos livros no processo de ensino e aprendizagem. Muitos são os recursos que o professor faz uso, mas poucos trazem tantas polêmicas como os livros didáticos. Talvez o cerne de tudo encontre-se no contexto histórico e na legislação enquanto política pública em preocupar-se com uso desse instrumento nas escolas. Considerando a história do livro didático é possível perceber que esse instrumento esteve presente em praticamente todo o processo de institucionalização do sistema educacional no Brasil, servindo de fonte de conhecimento para professores e alunos; indicando o que deveria ser estudado nas escolas e como a metodologia deveria ser aplicada pelos docentes na sistematização dos conteúdos; percorrendo tempos e virando uma forte tradição a utilização do mesmo nas escolas, onde muitos ainda enxergam os livros didáticos como sinônimo de escola e professor.

A revisão bibliográfica da temática identificou atravessamentos multifacetados nos significados atribuídos ao livro didático, no contexto do magistério do ensino fundamental I. Desde pelo menos duas décadas atrás o livro didático continua sendo o principal instrumento pedagógico na promoção do processo de ensino-aprendizagem das séries iniciais. Até hoje os pesquisadores não possuem um consenso a respeito do conceito de livro didático. Existe, inclusive, certa resistência em abordar a questão, embora a maioria dos pesquisadores ainda tratem do assunto.

Esses atravessamentos variados estão intimamente ligados à esfera ideológica, influenciando diretamente na escolha, publicação, editoração e distribuição dos livros didáticos. Um exemplo patente dessas circunstâncias está no fato de que os livros didáticos atendem a critérios específicos em relação à educação promovida no campo e a educação difundida no meio urbano, que possuem respaldos em documentos legais como a Constituição Federal de 1988, no Plano Decenal de Educação para Todos, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Assim sendo, a pesquisa identificou que muito embora esses documentos garantam, em termos gerais, a utilização de livros didáticos específicos para espaços de ensino diferentes, na maior parte da legislação e da documentação relativa à organização e diretriz da educação nacional, praticamente não é possível encontrar referências claras sobre como utilizar o livro didático em sala de aula.

Com efeito, é possível afirmar que no aprimoramento de suas práticas pedagógicas e nas atividades habituais do cotidiano escolar é sensato que os docentes procurem utilizar o livro didático em parceria com outros materiais, no intuito de contornar o enfado característico que surge quando do seu emprego metódico, sistemático e intuitivo. Nesse sentido, a aplicação de metodologias de ensino em sintonia com as novas tecnologias da comunicação e da informação, assim como, com outras linguagens, como as várias facetas da linguagem artística, podem otimizar exponencialmente o interesse do aluno pelos objetos de estudos, e, principalmente, no desenvolvimento de habilidades, capacidades e valores essenciais para a vida social e o despertar para um aprendizado contínuo.

Seja como for, a caracterização de um livro e até de outros recursos escritos enquanto instrumentos de didática se efetiva no percurso de utilização desse artefato ao longo das aulas. Em outras palavras, as adaptações em sala de aula são tanto necessárias como sugestíveis, pois o livro didático deve ser contextualizado com a realidade de ensino do alunado, sugestíveis porque a interface com o conhecimento é plural, podendo sempre ser potencializada quando o professor associa outras formas de comunicação/interação seja visual, oral, escrita e/ou audiovisual, por exemplo, do estudante com o próprio conhecimento, gerando autonomia e desenvolvimento natural de habilidades, valores e capacidades do campo cognitivo, ético e moral.

Assim, ficou evidente tanto nas observações realizadas nas duas unidades de ensino como na análise das falas e depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa que há uma tradição forte e expressiva de apego aos livros, considerado pelos professores como um norte para a realização de suas aulas.

Outro fator diz respeito a ação dos professores no contexto da sala de aula ao trabalhar com o livro didático. Foi possível perceber a necessidade de uma preparação maior junto a formação do docente, assim como uma constante reflexão em torno das práticas pedagógicas adotadas no uso efetivo e significativo do livro didático. Afinal, é função do professor dar sentido e significado ao uso desse instrumento didático.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. *Educação de Adultos no Brasil: políticas de (des) legitimação*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001. (Tese de Doutorado).

ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ARAÚJO, Denise Lino de. “O que é (e como faz) sequência didática?”. *Revista Entrepalavras*, Fortaleza, ano 3, v.3, n.1, p. 322-334, jan/jul 2013.

ARAÚJO, Rosilma Diniz. Gramática visual: trazendo à visibilidade imagens do livro didático de LE. *Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, n. 14/2, p. 61-84, dez. 2011*.

BATISTA, Amanda Penalva. *Uma análise da relação professor e o livro didático*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2011. (Dissertação de Mestrado).

BENÍCIO, Christine Dantas; SILVA, Alzira Karla Araújo. Do livro impresso ao *e-book*: o paradigma do suporte na Biblioteca Eletrônica. *Biblionline*, v. 1. n. 2, p. 1-14, 2005.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. (Tese de Doutorado).

Brasil. Secretaria de Educação Básica. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília: MEC, 1993.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nos 1/1992 a 93/2016, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994. 50. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série textos básicos; n. 139 PDF). Disponível em: <http://livraria.camara.leg.br/catalogsearch/result/?q=Constitui%C3%A7%C3%A3o+Federal>. Último acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 07 de abril de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Último acesso em 01 de janeiro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 5/2011, aprovado em 04 de maio de 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/16368-ceb-2011>. Último acesso em 01 jan. de 2017.

_____. Ministério da Educação: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Último acesso em: 01 jan. 2017.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. (1997).

_____. Resolução CNE/CEB nº 2/2008, aprovada em 28 de abril de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Último acesso em 01 jan. de 2017.

COSTA, Ângela Maria Soares da. *Prática pedagógica e tempo escolar: o uso do livro didático no ensino de história*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. (Dissertação de Mestrado).

.CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

FARIA, Ana Lúcia G. Ideologia no livro didático/ Ana Lúcia G. de Faria, 15.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleções Questões da Nossa Época; v. 37).

FURTADO, Andréa Garcia; GAGNO, Roberta Scrocaro. Políticas do livro didático e o mercado editorial. *IX Congresso Nacional de Educação. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*, p. 11218-11229, 2009.

FRISON, MarliDallagnol et al. Livro didático como instrumento de apoio para construção de propostas de ensino de ciências naturais. *VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, Florianópolis, 2009.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez Editores, 1993.

FREITAS, Olga. Equipamentos e materiais didáticos. Brasília: Universidade de Brasília 2007 em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equip_mat_dit.pdf>. Último acesso em: 04 de dezembro de 2016.

FURTADO, Andréa Garcia; GAGNO, Roberta Scrocaro. Políticas do livro didático e o mercado editorial. *IX Congresso Nacional de Educação. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*, p. 11218-11229, 2009.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia. *Cartografias do trabalho docente: professor (a) pesquisador (a)*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais- 4º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUIMARÃES, Raul Borges. Tecendo redes e lançando-as ao mar: o livro didático de Geografia e o processo de leitura e escrita. In. *Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino*. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001398.pdf> Acesso em 21 de janeiro de 2017.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HÖFLING, Eloísa de Matos. *O Livro didático em Estudos Sociais*. Campinas: Unicamp, 1981. (Dissertação de Mestrado).

HÖFFLING, Eloísa de Matos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 70, p. 159-170, abr. 2000.

LAJOLO, M. Livro Didático: um (quase) manual do usuário. Em Aberto, Brasília, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001398.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2017.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Pedagogia de Projetos: intervenção no presente. *Presença Pedagógica*. mar./abr. v. 2, n. 8, 1996, p. 1-7. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=pedagogia+de+projetos&btnG=&lr>. Último acesso em 23 jan. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública: a Pedagogia crítico-social dos conteúdos*, São Paulo: Loyola, 1989.

_____, José Carlos. *Didática*/José Carlos Libâneo - São Paulo: Cortez, 1994-(Coleção magistério. Série Formação de Professor).

LIMA, M. R. *Construção e validação de um instrumento para avaliação do livro didático de Estudos Sociais da 8ª série do 1º grau*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. (Dissertação de Mestrado).

LUDKE, M & ANDRÉ, M. *pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EDUC, 1986.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Política e educação popular*. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1981.

MINAYO, M. C. S. (org.) e Deslandes, Suely Ferreira. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**, 27 Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. “O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MOREIRA, Kênia Hilda. *Um mapeamento das pesquisas sobre o livro didático de História na região sudeste: 1980 a 2000*. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2006. (Dissertação de mestrado)

OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY; Helena Maria Bousquet. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

OLIVEIRA, Simone Carvalho. A transposição didática e o livro didático de ciências naturais no 5º ano do ensino fundamental. / Simone Carvalho de Oliveira. - Teresina: UFPI, 2011.

PESSOA, Rosane Rocha. “O livro didático na perspectiva da formação de professores.” *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 54-69, Jan./Jun. 2009.

PAULINO, André Luiz. Os manuais do professor como fonte de pesquisa in: História: Questões e Debates. Curitiba, n. 56, p.181-206, jan/jun. 2012. Editora UFPR.

PESSOA, Rosane Rocha. “O livro didático na perspectiva da formação de professores.” *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 54-69, Jan./Jun. 2009.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhar e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RODRIGUES, J. *Memória fora de foco*. A fotografia no livro didático de história do Brasil. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo, 2004. (Dissertação de Mestrado).

ROJAS, J. Efeitos de sentido e fenomenologia nas práticas educativas: linguagem, cognição e cultura. In: III seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos-V Encontro de Fenomenologia e Análise do Existir, 2006. São Bernardo do Campo: Editora SE&PQ Co-editora UESP, v. 1, 2006, p. 1-10. <http://site.cfp.org.br/evento/iii-seminrio-internacional-de-pesquisa-e-estudos-qualitativos-v-encontro-de-fenomenologia-e-anlise-do-existir/>. Acesso em 31 de janeiro de 2017.

ROJO, Roxane Helena R.. **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

ROMANATTO, Mauro, Carlos. A noção de número natural em livros didáticos de matemática: comparações entre textos tradicionais e modernos. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São Paulo, São Carlos – SP, 1987.

SACRISTÁN, Gimeno. Consciência e Ação sobre a Prática como Libertação *Profissional dos Professores*. In: *NÓVOA, António. (Org.). Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1991.

SILVA, Ezequiel Teodoro. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. In. Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996. <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/231>. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

SOARES M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na Cibercultura. Educação e Sociedade: dez. 2002, v. 23. n 81, p. 141-160.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação docente*. Petrópolis: Vozes, 2002.

THIOLLENT, M. **Afalsa Neutralidade das enquetes sociológicas**. In: **----Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987, PP 31-40 (Questionário)

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

_____, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006. 175 p

VASCONCELOS, Simão Dias; SOUTO, Emanuel. O Livro Didático de Ciências no Ensino Fundamental – proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico. Ciência & Educação, Bauru, v. 9, n. 1, p. 93-104, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
Curso de Pedagogia



ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

1.1. Nome

1.2. Idade

1.3. Estado Civil

1.4. Formação:

Qual sua maior titulação?

Quanto tempo você possui de atuação no magistério?

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2.1. Qual o ano/série que leciona?

2.2. Qual a Carga Horária?

2.3. Qual a disciplina em que atua?

2.4. Como ingressou no ensino público?

2.5. Há quanto tempo trabalha nessa escola?

2.6. Como ocorreu sua lotação nesta unidade de ensino?

2.7. Você trabalha em outro lugar além dessa escola?

3. FORMAÇÃO LIVRO DIDÁTICO

3.1 Como se deu a escolha do livro didático adotado nessa escola?

3.2 Você já participou de algum curso relacionado à utilização do livro didático em sala de aula?

3.2.1 Quais suas impressões sobre o curso?

4. USO DO LIVRO DIDÁTICO

4.1 Quais os recursos didáticos utilizados por você em sua aula?

4.2 O livro didático é utilizado em todas as aulas? Se não, ele é substituído por quais materiais?

4.3 Como você utiliza o livro didático Quais são os aspectos mais interessantes no livro adotado?

4.4 Os livros didáticos adotados pela escola contém o manual do professor?

4.4.1 Ele lhe auxilia em quê?

4.5 O livro didático é utilizado no seu plano de ensino e de aula?

4.6 Apresente pontos positivos e negativos na utilização do livro didático adotado pela escola.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Kelymaira de Jesus Silva,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
O uso do livro didático: aplicabilidade e implicações
na prática de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 03 de Abril de 2017.

Kelymaira de Jesus Silva

Assinatura

Kelymaira de Jesus Silva

Assinatura